

Plano Diretor Municipal Caminha

Julho 2016 | Município de Caminha

Avaliação Ambiental Estratégica Resumo Não Técnico

ÍNDICE

1. Introdução	3
2. Metodologia da Avaliação Ambiental Estratégica	4
3. Objeto de Avaliação da proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Caminha	5
3.1. Objeto de Avaliação	5
3.2. Alternativas à proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Caminha	6
4. Elementos determinantes para a definição dos Fatores Críticos para a Decisão .	7
4.1. Opções Estratégicas e Objetivos Estratégicos da proposta de revisão do PDM de Caminha.....	7
4.2. Definição do Quadro de Referência Estratégico para a proposta de revisão do PDM de Caminha	9
4.3. Identificação dos Fatores Ambientais relevantes para a proposta de revisão do PDM de Caminha	11
5. Fatores Críticos para a Decisão.....	12
5.1. Descrição dos Fatores Críticos para a Decisão e seus objetivos	12
5.1.1. Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade.....	12
5.1.2. Biodiversidade e Conservação da Natureza	16
5.1.3. Qualidade Ambiental	19
5.1.4. Património Cultural e Desenvolvimento Turístico	22
5.1.5. Riscos Ambientais e Tecnológicos	23
5.1.6. Governança	27
5.2. Situação existente e análise de tendências	28
5.2.1. Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	28
5.2.2. Biodiversidade e Conservação da Natureza	29
5.2.3. Qualidade Ambiental.....	30
5.2.4. Património Cultural e Desenvolvimento Turístico.....	30
5.2.5. Riscos Ambientais e Tecnológicos	31
5.2.6. Governança	32
5.3. Efeitos esperados da proposta de revisão do PDM de Caminha por Fator Crítico para a Decisão.....	33

5.3.1. Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	33
5.3.2. Biodiversidade e Conservação da Natureza	35
5.3.3. Qualidade Ambiental	37
5.3.4. Património Cultural e Desenvolvimento Turístico.....	39
5.3.5. Riscos Ambientais e Tecnológicos.....	40
5.3.6. Governança.....	42
5.4. Oportunidades e Ameaças para o ambiente previstas com a implementação da proposta de revisão do PDM de Caminha	43
5.4.1. Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	43
5.4.2. Biodiversidade e Conservação da Natureza	44
5.4.3. Qualidade Ambiental.....	44
5.4.4. Património Cultural e Desenvolvimento Turístico	45
5.4.5. Riscos Ambientais e Tecnológicos.....	46
5.4.6. Governança.....	46
5.5. Diretrizes para Seguimento.....	47
5.5.1. Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	47
5.5.2. Biodiversidade e Conservação da Natureza	48
5.5.3. Qualidade Ambiental	49
5.5.4. Património Cultural e Desenvolvimento Turístico	51
5.5.5. Riscos Ambientais e Tecnológicos.....	51
5.5.6. Governança.....	56
6. Orientações para a Implementação de um Plano de Controlo.....	57
7. Quadro de Governança para a Acção.....	58
8. Considerações Finais	60

1. Introdução

A **Avaliação Ambiental Estratégica** (AAE) de Planos é um procedimento obrigatório em Portugal que resulta da publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio) que por sua vez decorre da legislação europeia (Diretiva 2001/42/CE, de 25 de Junho). No caso específico de acompanhamento de Planos Diretores Municipais, a aplicação da Avaliação Ambiental Estratégica encontra-se evidenciada no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio.

Assim, com a aplicação da AAE pretende-se estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais nas diversas fases de preparação do Plano.

O processo de AAE contempla a elaboração de um Relatório Ambiental no qual serão identificados, descritos e avaliados os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do Plano.

Tendo em conta os conhecimentos e métodos de avaliação disponíveis, o conteúdo e o nível de pormenor do Plano, o Relatório Ambiental deve incluir as informações que possam ser necessárias para o processo de tomada de decisões.

Concluída a elaboração da proposta de Plano e anteriormente à sua aprovação, os elementos do Plano, assim como o Relatório Ambiental e respetivo Resumo Não Técnico, são submetidos a Discussão Pública, de forma a assegurar um processo participativo.

2. Metodologia da Avaliação Ambiental Estratégica

A Avaliação Ambiental Estratégica segue a metodologia presente no “Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica” (APA, 2007) e no documento de Orientação elaborado pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano intitulado “Guia da Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território” (DGOTDU, 2008).

A Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Caminha desenvolve-se em diversos momentos, com recurso a metodologias próprias, e articulados entre si, conforme se evidencia na figura seguinte.

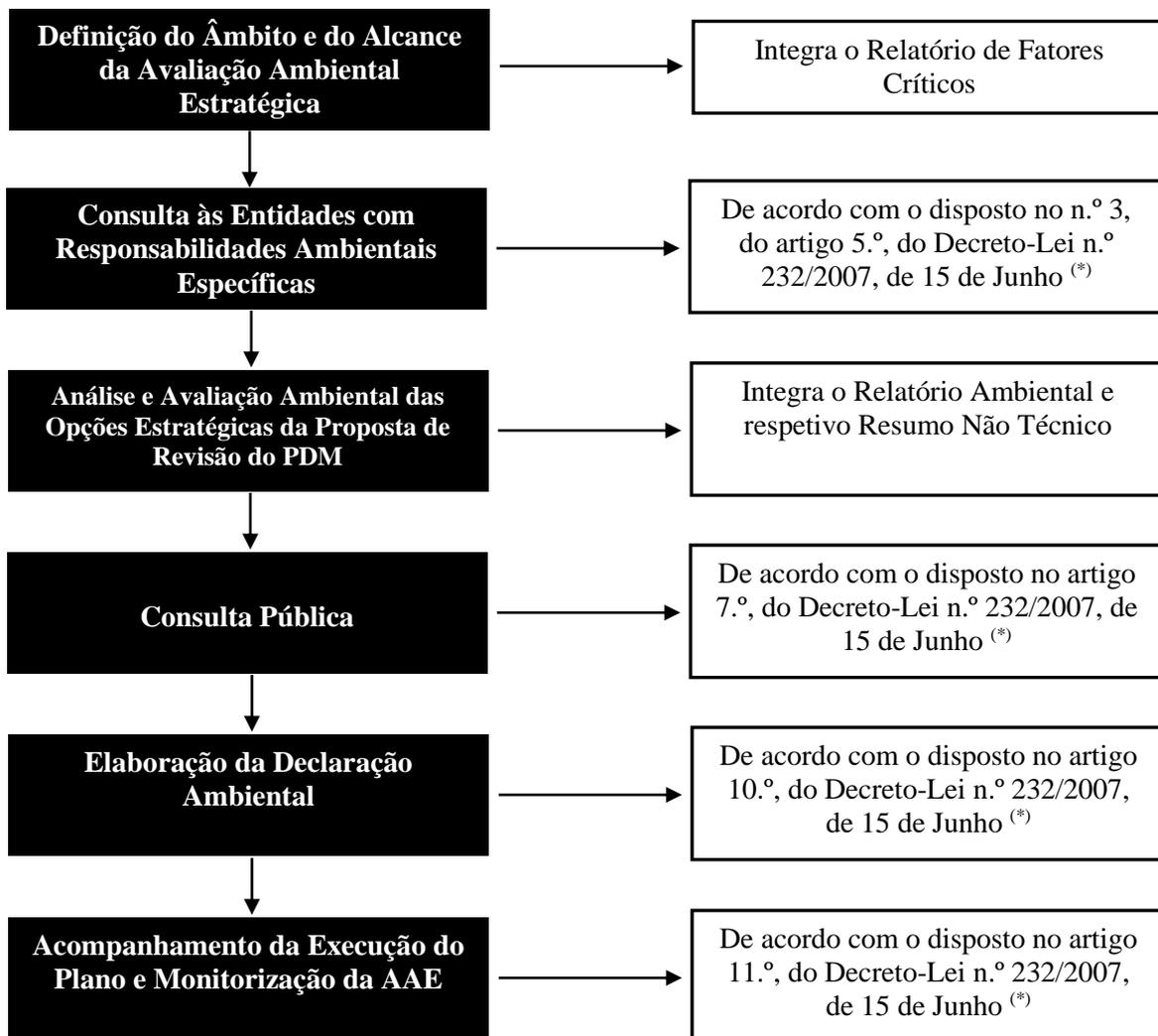


Figura 1 – Metodologia da Avaliação Ambiental Estratégica

(*) - Com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio

3. Objeto de Avaliação da proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Caminha

3.1. Objeto de Avaliação

O objeto de avaliação do presente Relatório Ambiental corresponde à **Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Caminha**.

O Plano Diretor Municipal de Caminha é um instrumento de gestão do território de âmbito municipal, integrado nos planos municipais de ordenamento do território, também designados por Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT).

De acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) os PMOT *“estabelecem o regime do uso do solo, definindo modelos de ocupação territorial e da organização de redes e de sistemas urbanos e, na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo, bem como de garantia da sustentabilidade socioeconómica e financeira e da qualidade ambiental”*.

NECESSIDADE DE REVISÃO DO PDM

Decorridos vinte anos da aprovação do PDM de Caminha (Resolução do Conselho de Ministros n.º 158/95, de 29 de Novembro) há um *“conjunto de alterações a nível legal, a nível técnico, e quanto à situação socioeconómica de Portugal e da Europa que são incontornáveis e que devem ser acauteladas no âmbito do processo de revisão do PDM de Caminha, de modo a que este seja ajustado à realidade e à prossecução dos interesses públicos”* (Relatório de Fundamentação da revisão do PDM de Caminha, 2016).

A revisão do PDM de Caminha foi deliberada em reunião ordinária de Câmara, a 13 Fevereiro de 2006 e decorre da aplicação do regime legal inscrito no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio, para os Planos Municipais de Ordenamento do Território, nomeadamente para os PDM, fundamentando-se na necessidade de adequação das opções estratégicas que determinaram a sua elaboração e da necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, eu determinaram a respetiva elaboração (n.º 1 e alínea b) do n.º 2 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 50/2015, de 14 de Maio.

De facto foram muitas as alterações ocorridas nestes últimos vinte anos, quer a nível legal, estratégico e técnico. Relativamente às alterações a **nível legal**, importa salientar que houve uma

profunda alteração do enquadramento legal desde o momento de aprovação do PDM, há vinte anos atrás, tendo sido recentemente publicada a lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, Lei n.º 31/2014, de 30 de maio e na sua sequência foi revisto o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio. Ao nível **estratégico** importa salientar a atual conjuntura económica de Portugal e da Europa à qual o concelho de Caminha não pode ser indiferente. Ao nível **técnico** ocorreram alterações significativas nos métodos de trabalho, desde a desmaterialização de procedimentos, permitindo que o processo de revisão dos PDM se realizasse em suporte digital. Também a disponibilidade de cartografia digital e de programas informáticos permitiu um maior rigor aquando da produção das plantas do PDM, passando ainda a existir conjunto de normas e orientações técnicas que vieram introduzir uma maior uniformização e simplificação dos procedimentos

Pelo exposto considera-se determinante na revisão do PDM de Caminha identificar a evolução ocorrida e estabelecer novos objetivos de desenvolvimento, definindo critérios de sustentabilidade a adotar.

3.2. Alternativas à proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Caminha

A revisão do PDM de Caminha encontra-se sustentada por um vasto conjunto de estudos de suporte dos quais se destacam os Relatórios Setoriais que caracterizam e analisam o território, demonstrando as evoluções das diferentes dinâmicas e perspetivando o desenvolvimento futuro das mesmas. A construção do Modelo Territorial e da Estrutura de Ordenamento teve por base a própria essência do processo de planeamento e que se pode traduzir na procura incessante do equilíbrio entre o modelo de ocupação humana presente no território e o sistema biofísico que lhe serve de suporte. Estas análises foram ainda suportadas pelo envolvimento e participação dos atores locais com o intuito de perceber e conhecer a evolução pretendida para o território.

Pela análise exaustiva, argumentação e justificações apresentadas nos diferentes documentos que suportam a revisão do PDM de Caminha, não foram consideradas alternativas à estratégia proposta considerando-se que a mesma responde às melhores opções a serem tomadas para o desenvolvimento do território concelhio.

4. Elementos determinantes para a definição dos Fatores Críticos para a Decisão

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) constituem os temas mais importantes a serem abordados no âmbito da AAE, e têm como objetivo identificar os aspetos mais relevantes que deverão ser considerados aquando da tomada de decisão.

A determinação dos Fatores Críticos para a Decisão (Figura 2) resulta da análise que considera a integração das Opções Estratégicas (QE), apresentadas na proposta de revisão do PDM de Caminha, dos objetivos de cada um dos instrumentos de referência estratégica (Quadro de Referência Estratégico - QRE), tomando em consideração os Fatores Ambientais (FA) selecionados de entre os legalmente estabelecidos, tendo por base o reconhecimento prévio das especificidades do território abrangido pelo Plano.

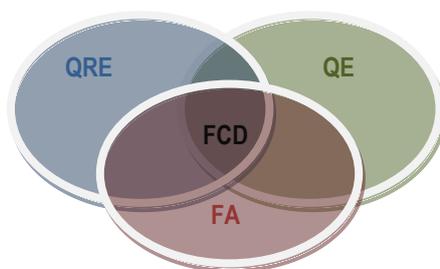


Figura 2 – Representação esquemática da determinação dos FCD (Partidário, 2007).

4.1. Opções Estratégicas e Objetivos Estratégicos da proposta de revisão do PDM de Caminha

A proposta de revisão do PDM de Caminha integra as seguintes opções estratégicas:

- **Planeamento e Ordenamento Urbano do Concelho**
- **Coesão e Articulação Territorial**
- **Fomento da empregabilidade e da fixação populacional**
- **Preservação do Património Natural e Cultural do Concelho**
- **Afirmação da Vila de Caminha – a Âncora do Turismo sustentável**

O Quadro 1 estabelece a relação entre as opções estratégicas definidas para a proposta de revisão do PDM de Caminha e os respetivos objetivos estratégicos.

Quadro 1 – Opções Estratégicas e Objetivos Estratégicos da proposta de revisão do PDM de Caminha

Opções Estratégicas	Objetivos Estratégicos
Planeamento e Ordenamento Urbano do Concelho	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da Eficiência da Governação; ▪ Definir a hierarquia urbana dos aglomerados/povoações do concelho; ▪ Conter o modelo de povoamento urbano difuso a partir da definição de áreas capazes de garantir a expansão urbana correspondentes às localizações próximas dos aglomerados para optimização das infraestruturas e dos equipamentos existentes, reforçando em simultâneo a continuidade morfológica das aglomerações pré-existentes.
Coesão e Articulação Territorial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adequar o tipo de ocupação à vocação específica de cada aglomerado do concelho; ▪ Articular a capacidade de acolhimento das diversas áreas concelhias à capacidade de carga do meio (justificada pela pressão urbanística que ocorre na orla costeira e nas imediações de alguns aglomerados polarizadores); ▪ Reforçar o sistema urbano local (infraestruturas técnicas, sistema de acessibilidade e mobilidade internas).
Fomento da empregabilidade e da fixação populacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Racionalizar e qualificar o acolhimento empresarial - direcionando o investimento municipal para a infraestruturização de espaços capazes de oferecer novas oportunidades de investimento (no horizonte do Plano), aumentando assim a atratividade do Concelho - criação de novas áreas empresariais para instalação de indústrias e armazéns; ▪ Melhorar os equipamentos e as infraestruturas do concelho (sobretudo os de responsabilidade municipal), no sentido do aumento da sua qualidade e cobertura territorial.
Preservação do Património Natural e Cultural do Concelho	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proteger, preservar e valorizar o Ambiente com enfoque na Estrutura Ecológica Municipal e na Prevenção dos Riscos Naturais, acautelando-se a interdição à edificabilidade em áreas geomorfologicamente inadequadas, como sejam os leitos de cursos de água e as áreas com declives acentuados ou de elevado risco natural (focos de incêndio ou leitos de cheia) e as que, de algum modo, prejudiquem a qualidade estética da paisagem ou do enquadramento cénico; ▪ Preservar o Património Cultural reforçando as disposições tendentes à sua salvaguarda (incluindo nesse conceito a respectiva envolvente), baseado em modelos de sustentabilidade que permitam a fruição dos espaços naturais existentes bem como através da reavaliação e actualização do inventário do património cultural e na sua reabilitação (incluindo o património arquitectónico, arqueológico e a paisagem).
Afirmação da Vila de Caminha – a Âncora do Turismo sustentável	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar uma atitude ambientalmente correta fomentando a preservação da qualidade paisagística e da estética rural (de sustentabilidade ambiental) como forma de incrementar o sector turístico, aditando ao “Sol e Praia” a criação de rotas turísticas no concelho a integrar às já existentes: de turismo ambiental (rota das áreas de paisagem protegida /rede Natura 2000), de turismo de montanha, de turismo religioso, de turismo de saúde (talassoterapia, estâncias termais), turismo em espaço rural nomeadamente ecoturismo (quintas pedagógicas) e enoturismo (rotas dos vinhos ou das castas vinhateiras locais). ▪ Promover o acolhimento urbanístico de qualidade (ao nível das infraestruturas, equipamentos, alojamento, habitação e ambiente natural (paisagem)); ▪ Promover a associação de investidores dos diversos setores de atividade do Concelho na criação de insígnias e marcas do Concelho com base em recursos e produtos endógenos de sustentabilidade reconhecida (certificados).

4.2. Definição do Quadro de Referência Estratégico para a proposta de revisão do PDM de Caminha

O Quadro de Referência Estratégico estabelece as políticas ambientais definidas ao nível nacional e europeu, consideradas relevantes para a presente avaliação (Quadro 2).

Quadro 2 – Quadro de Referência Estratégica para AAE da proposta de revisão do PDM de Caminha

Instrumento	Acrónimo
Âmbito Nacional	
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	PNPOT
O PNPOT constitui o guia orientador do sistema de gestão territorial e da política de ordenamento do território, sendo também um instrumento chave de articulação desta política com a política de desenvolvimento económico e social, em coerência com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e com as diversas intervenções com incidência territorial	
Plano de Desenvolvimento - Alto Minho 2020 ⁽¹⁾	Alto Minho 2020
O Plano de Desenvolvimento Alto Minho 2020 constitui um processo de trabalho conducente à definição, concertada, participada e coerente, da estratégia e do plano de ação para atingir a visão do Alto Minho de 2020.	
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	ENDS
A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) para o período 2005/15 consiste num conjunto coordenado de atuações que, partindo da situação atual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam num horizonte de 12 anos assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de proteção e valorização do ambiente.	
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade	ENCNB
A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) foi acolhida na ordem jurídica portuguesa através da resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de Outubro, vigorando até 2010.	
Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira ⁽¹⁾	ENGIZC
A Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira fornece o referencial para os planos, programas e estratégias com incidência na zona costeira, de acordo com a Recomendação n.º 2002/413/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio.	
Plano Estratégico de Cooperação da Galiza – Norte de Portugal ⁽¹⁾	PECG-NP
Pretende criar um espaço transnacional, inter-regional e transfronteiriço de cooperação que integre as peculiaridades das duas regiões e os seus quadros políticos e institucionais, valorize a competitividade e a atratividade do território comum e identifique e organize processos de colaboração institucional.	
Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 ⁽¹⁾	ENM
A Estratégia Nacional para o Mar enquadra e potencia sinergias e economias de escala entre todos os atores e setores de desenvolvimento, concorrendo para, numa primeira fase e no curto prazo, criar as condições essenciais à concretização do potencial estratégico marítimo de Portugal e, numa segunda fase, correspondente a um limite temporal mais alargado, permitir a realização plena desse potencial.	
Estratégia Nacional para a Energia	ENE
A estratégia para o sector energético constitui um fator importante de crescimento da economia portuguesa e da sua competitividade, para além de ser uma peça vital ao desenvolvimento sustentável do País.	
Plano Nacional de Alterações Climáticas	PNAC
O Programa Nacional para as Alterações Climáticas configura o instrumento de política do Governo que suporta o cumprimento do Protocolo de Quioto pelo Estado Português.	
Plano Nacional da Água	PNA
O Plano Nacional da Água define as orientações de âmbito nacional para a gestão integrada das águas, fundamentadas em diagnóstico da situação atual e na definição de objetivos a alcançar através de medidas e ações, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45/94 de 22 de Fevereiro.	

Instrumento	Acrónimo
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde	PNAAS
O Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde tem como desígnio melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em fatores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação, contribuindo também, desta forma, para o desenvolvimento económico e social do país.	
Plano Estratégico Nacional do Turismo	PENT
O Plano Estratégico Nacional do Turismo serve de base à concretização de ações definidas para o crescimento sustentado do Turismo nacional nos próximos anos.	
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	PNUEA
O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água tem como principal finalidade a promoção do uso eficiente da água em Portugal, especialmente nos sectores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos.	
Plano de Desenvolvimento Rural 2020	PDR 2020
O Plano de Desenvolvimento Rural enquadra-se no estipulado no regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao apoio ao Desenvolvimento Rural pelo FEADER que, em conformidade com a Estratégia 2020, deve promover o desenvolvimento rural sustentável em toda a UE, em complementaridade com outros instrumentos da política agrícola comum (PAC), da política de coesão e da política comum das pescas.	
Plano Estratégico Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais	PENSAAR 2020
O Plano “PENSAAR 2020 — Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais” - resulta do trabalho de uma comissão de acompanhamento criada em junho de 2013, revelando a importância que o setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais tem para a preservação do ambiente e para o desenvolvimento económico e social, e dando continuidade às anteriores estratégias estabelecidas para o setor.	
Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos	PERSU 2020
O PERSU 2020 estabelece a visão, os objetivos, as metas globais e as metas específicas por Sistema de Gestão de RU, as medidas a implementar no quadro dos resíduos urbanos no período 2014 a 2020, bem como a estratégia que suporta a sua execução, contribuindo para o cumprimento das metas nacionais e comunitárias nesta matéria.	
Plano Rodoviário Nacional - 2000	PRN – 2000
O atual Plano Rodoviário Nacional (Decreto-Lei nº 222/98 com as alterações introduzidas pela Lei nº 98/99 de 26 de Julho, Decreto-Lei nº 222/98 com as alterações introduzidas pela Lei nº 98/99 de 26 de Julho, pela Declaração de retificação nº 19-D/98 e pelo Decreto-Lei nº 182/2003 de 16 de Agosto) define uma rede nacional, que desempenha funções de interesse nacional e internacional.	
Proposta para a Estratégia de Proteção dos Solos	PEPS
A Proposta para Estratégia de Proteção dos Solos configurará o instrumento de política do Governo que suporta o cumprimento dos objetivos de proteção e prevenção da degradação dos solos bem como da sua utilização sustentável.	
Âmbito Setorial	
Plano Sectorial da Rede Natura 2000	PSRN2000
O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 constitui um instrumento de gestão territorial na concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização das ZPE e dos Sítios, do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas.	
Plano de Gestão das Bacias que integram a Região Hidrográfica 1 - Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Minho e Lima	PGRH - Minho e Lima
Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) é um plano sectorial que assenta numa abordagem conjunta e interligada de aspetos técnicos, económicos, ambientais e institucionais, envolve os agentes económicos e as populações diretamente interessadas, tem em vista estabelecer de forma estruturada e programática uma estratégia racional de gestão e utilização da bacia hidrográfica, em articulação com o ordenamento do território e a conservação e proteção do ambiente.	
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho	PROF - AM
O Plano Regional de Ordenamento da Floresta do Pinhal Interior Norte vincula os instrumentos de política sectorial que incidem sobre os espaços florestais e visa enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.	

Instrumento	Acrónimo
Âmbito Especial	
Plano de Ordenamento da Orla Costeira - Caminha-Espinho	POOC
O Plano de Ordenamento da Orla Costeira entre Caminha e Espinho, adiante designado por POOC, tem a natureza de regulamento administrativo e com ele se devem conformar os planos municipais e intermunicipais de ordenamento de território, bem como os programas e projetos a realizar na sua área de intervenção.	
Âmbito Regional	
Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte	PROT-N
O Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte é o instrumento de gestão territorial que estabelece a definição para o uso, ocupação e transformação do solo, a integração das políticas sectoriais no ordenamento do território e na coordenação das intervenções e as orientações para a elaboração dos PMOT.	
Outros Planos	
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Caminha	PMDFCI – Caminha
Os PMDFCI desenvolvem as orientações de planeamento Nacional e Regional segundo as normas da Portaria nº 139/2006 de 25 de Outubro e as orientações técnicas estabelecidas pela DGRF.	
Plano Estratégico do Sítio da Rede Natura do Litoral Norte	PESRN - LN
A concretização estratégica do Plano Estratégico do Sítio da Rede Natural Litoral Norte, pretende criar as bases para uma nova cultura do planeamento da faixa costeira, baseada numa visão que privilegie o conhecimento, a multidisciplinaridade, a integração, a avaliação permanente e a participação; que tenha como prioridades a recuperação e requalificação de áreas degradadas em detrimento do crescimento indiscriminado e desqualificado; a recuperação e revitalização do património e a criação de percursos pedonais e cicláveis integrados numa estratégia de mobilidade sustentável.	
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Caminha ⁽¹⁾	PMEPC – Caminha
Os planos de emergência de proteção civil são documentos formais nos quais as autoridades de proteção civil, nos seus diferentes níveis, definem as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil. A reposição da normalidade das áreas afetadas constitui outro dos seus objetivos, de forma a minimizar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe sobre as pessoas, bens e o ambiente.	

⁽¹⁾ Instrumentos acrescentados ao QRE, inseridos no âmbito da elaboração do presente Relatório Ambiental.

4.3. Identificação dos Fatores Ambientais relevantes para a proposta de revisão do PDM de Caminha

A determinação dos Fatores Ambientais relevantes para a proposta de revisão do PDM de Caminha foi orientada pelo definido na legislação nacional relativa à AAE. Assim, foram considerados os seguintes Factores Ambientais: “Biodiversidade”, “Fauna”, “Flora”, “Património Cultural”, “População”; “Saúde Humana”; “Solo”; “Água”, “Atmosfera”; “Factores Climáticos”; “Bens Materiais” e “Paisagem”.

5. Fatores Críticos para a Decisão

Com base no exposto no capítulo anterior foram definidos os seguintes **Fatores Críticos para a Decisão** que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade considerados relevantes para a proposta de revisão do PDM de Caminha:

- Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade
- Biodiversidade e Conservação da Natureza
- Qualidade Ambiental
- Património Cultural e Desenvolvimento Turístico
- Riscos Ambientais e Tecnológicos
- Governança

5.1. Descrição dos Fatores Críticos para a Decisão e seus objetivos

Para cada um dos FCD foram definidos domínios de avaliação, objetivos e indicadores que contribuem para avaliar a sustentabilidade da estratégia definida nos objetivos da proposta de revisão do PDM de Caminha, pretendendo facilitar a avaliação e contribuir para uma tomada de decisão consciente e adequada.

5.1.1. Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

Sendo o PDM o principal instrumento de gestão territorial a nível municipal, no processo da sua revisão e no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica é essencial a análise de um Fator Crítico para a Decisão dedicado ao Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade. A análise deste FCD pretende identificar as potencialidades e/ou constrangimentos que a proposta de revisão do PDM de Caminha terá ao nível da organização territorial do concelho, tendo em conta os objetivos estratégicos definidos para esta revisão, sendo a análise balizada pelos objetivos de sustentabilidade definidos nesta AAE para a revisão do PMOT. Estes objetivos de sustentabilidade pretendem contribuir para um melhor e mais equilibrado ordenamento e estruturação do território, para um posicionamento estratégico e uma

capacidade competitiva mais forte do município face ao enquadramento regional onde se insere e, finalmente, para a melhoria da qualidade de vida da população.

Neste contexto e no âmbito da análise deste FCD, definiram-se três grandes domínios de avaliação, de forma a permitir um enquadramento da análise suportada nos objetivos de sustentabilidade definidos, que se ilustram no quadro que se segue.

Quadro 3 – Domínios de Avaliação e Objetivos de Sustentabilidade do FCD - Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

Domínio de Avaliação	Objetivos de Sustentabilidade
Ordenamento do Território	Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território
	Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes
	Incentivar processos de regeneração e requalificação urbana
	Promover a criação de centralidades urbanas
	Modificar a vulnerabilidade das zonas sujeitas a inundações
	Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades intraconcelhias
	Garantir a mobilidade para todos
Competitividade e Desenvolvimento Regional	Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional
	Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional
	Criar novos postos de emprego, diminuindo a taxa de desemprego
	Fomentar o desenvolvimento sustentável, racionalizando e qualificando os espaços para a implantação e desenvolvimento de atividades económicas
Qualidade de Vida	Melhorar a qualidade de vida dos habitantes do concelho
	Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural do concelho
	Promover a qualificação do Espaço Público
	Qualificar a rede de Equipamentos de Utilização Coletiva

De forma a pormenorizar a análise que se pretende efectuar, definiram-se ainda os critérios de avaliação e respectivos indicadores (Quadro 4), através dos quais se irá proceder à caracterização da situação existente no concelho e a uma análise de tendências.

Quadro 4 – Domínios de avaliação, critérios de avaliação e indicadores associados ao FCD – Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

FCD	Domínio	CrITÉrios de Avaliação	Indicadores	Unidade	Fonte
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	Ordenamento do Território	Dinâmica Populacional	População Residente	N.º	INE
			População residente por grupos etários	N.º	INE
			Densidade Populacional	Hab/km ²	INE
		Uso do Solo	Solo Rural	ha	CMC
			Solo Urbano	ha	CMC
			UOPG	N.º	CMC
			Taxa de execução do solo programado ¹	%	CMC
			Percentagem de reclassificação do solo rural em solo urbano ¹	%	CMC
		Organização espacial do território	Planos Municipais de Ordenamento do Território	N.º	CMC /DGOTDU
		Ordenamento biofísico e paisagístico (Classes de espaços e Condicionantes existentes no território)	Espaços naturais	ha	CMC
			Estrutura Ecológica Municipal ¹	ha	CMC
			Reserva Ecológica Nacional	ha	CMC
			Percentagem de Reserva Ecológica Nacional com ocupações compatíveis ²	%	CMC
			Reserva Agrícola Nacional	ha	CMC
			Percentagem de Reserva Agrícola Nacional utilizada para fins não agrícolas ²	%	CMC
			Rede Natura	ha	CMC
			Espaço Florestal	ha	CMC
			Regime Florestal	ha	CMC
			Faixas de gestão de combustíveis	m	CMC
		Espaço Agrícola	ha	CMC	
		Reabilitação/Requalificação Urbana	Programas de Ação de Reabilitação Urbana	N.º e Tipo	CMC
		Acessibilidades e Mobilidade	Rede Viária	km	CMC /IP
			Rede Ferroviária	km	CMC
			Rede Fluvial	km	CMC
			Projetos de melhoria de acessibilidades ¹	N.º	CMC / IP

FCD	Domínio	CrITÉrios de AvaliaÇão	Indicadores	Unidade	Fonte	
			N.º de vias intervencionadas ¹	N.º	CMC / IP	
			Taxa de execução de novas vias propostas ¹	%	CMC / IP	
			Transportes coletivos	N.º e tipologia	CMC	
			Evolução do número de utilizadores da rede de Transportes Coletivos ²	N.º/ano	CMC / IP	
			N.º de estacionamento ²	N.º	CMC / IP	
	Competitividade e Desenvolvimento Regional	Atratividade empresarial		Espaços de atividades económicas	N.º	CMC
				Taxa de ocupação dos espaços de atividades económicas infraestruturados ²	%	CMC
				Serviços instalados nos espaços de atividades económicas infraestruturados ²	N.º	CMC
		Dinâmica Empresarial e Económica		Atividades económicas instaladas no concelho	N.º	INE
				Empresas instaladas em Espaços de Atividades Económicas ²	N.º e tipologia	CMC
		Nível de empregabilidade e formação profissional		População residente, segundo a qualificação académica	%	INE
				Evolução da população ativa por sector de atividade	%	INE
				Taxa de Atividade	%	INE
				Taxa de Desemprego	%	INE
				Estruturas de apoio à formação profissional	N.º	CMC
	Qualidade de Vida	Valorização paisagística e ambiental		Espaços Verdes ¹	ha	CMC
				Percurso Pedestres/Pistas Cicláveis	Km	CMC
				Lista de intervenções de valorização paisagística/ambiental ²	N.º	CMC
		Espaço Público		Lista de projetos/intervenções de qualificação no espaço público ²	N.º	CMC
		Equipamentos de utilização coletiva		Equipamentos de Utilização Coletiva (desportivos, escolares, de saúde e de apoio social – pré-escolar e 3ª idade)	N.º e tipologia	CMC

(INE – Instituto Nacional de Estatística; CMC – Câmara Municipal de Caminha; DGOTDU – Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; IP - Infraestruturas de Portugal)

¹ - Indicador decorrente da proposta de revisão do PDM, sendo analisado na avaliação da implementação da proposta de revisão do PDM de Caminha

² - Indicador a ser analisado na fase de execução do Plano, usado para seguimento no Plano de Controlo

5.1.2. Biodiversidade e Conservação da Natureza

A execução de um Plano Municipal de Ordenamento do Território assenta em opções de natureza estratégica, que deverão ser suportadas pelas orientações de instrumentos de referência estratégica (QRE), que refletem as indicações de um conjunto de políticas sectoriais de âmbito nacional, regional e municipal, e cuja implementação local deve constituir um desígnio de sustentabilidade municipal. Neste contexto, para a conservação e valorização da biodiversidade, e do património natural no geral, interessa focar estrategicamente a avaliação num conjunto de matérias consideradas significativas para a prossecução das políticas de natureza ambiental, com particular incidência nas de conservação da biodiversidade, tomando em consideração os valores naturais mais significativos presentes no território municipal e o seu enquadramento no contexto mais regional.

Neste contexto definiram-se vários domínios de avaliação para o Fator Crítico de Decisão em análise “Biodiversidade e Conservação da Natureza” (Quadro 5), para os quais se apresentam os respetivos objetivos de sustentabilidade que surgem enquadrados nas orientações e objetivos estratégicos definidos nos diversos instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico.

Quadro 5 – Domínios de avaliação definidos para o FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza e respetivos objetivos de sustentabilidade

Domínio	Objetivos de sustentabilidade
Conservação da Natureza, Biodiversidade e Paisagem	• Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas
	• Reabilitação de habitats e de espécies em áreas classificadas
	• Assegurar a gestão sustentável de locais chave para a conservação de determinadas espécies, bem como dos processos ecológicos associados em áreas classificadas
	• Evitar prejuízos em áreas classificadas, sítios geológicos e sobre espécies protegidas
	• Controlar a proliferação de espécies não indígenas invasoras
	• Recuperação de situações de passivo ambiental
	• Promover a valorização e assegurar a conservação do património natural, e paisagístico, em áreas classificadas
Estrutura Ecológica Municipal	• Favorecer o contínuo natural de suporte biofísico à biodiversidade
	• Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos
	• Área marginal sujeita a proteção/requalificação
Gestão e Valorização da Conservação da Floresta	• Promover a gestão sustentável e a conservação da floresta
	• Fomentar oportunidades de fruição sustentável em áreas naturais florestadas

De forma a pormenorizar a análise que se pretende efectuar sobre o FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza, identificaram-se, para os domínios de avaliação, os respetivos critérios de avaliação e indicadores (Quadro 6).

Quadro 6 – Domínios de avaliação definidos para o FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza, respetivos critérios de avaliação e indicadores

FCD	Domínio de Avaliação	Critério de Avaliação	Indicadores	Unidade	Fonte
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Conservação da Natureza, Biodiversidade e Paisagem	Manutenção do Património Natural e Biodiversidade em áreas do SNAC	Área do município integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas	Tipo, ha e %	RCM n.º 115-A/2008 e ICNF
			Espécies ameaçadas e protegidas	N.º e espécie / tipo	RCM n.º 115-A/2008, ICNF e CMC
			Habitats	N.º e tipo	RCM n.º 115-A/2008, ICNF e CMC
			Espécies e habitats alvo de orientações de gestão com ocorrência no Município	N.º e tipo	RCM n.º 115-A/2008, ICNF e CMC
			Número de ações e área objeto de intervenções de gestão ativa em espaços classificados	N.º e tipo	RCM n.º 115-A/2008, ICNF e CMC
			Planos de gestão e ações de conservação de espécies e habitats	N.º e espécie / tipo	RCM n.º 115-A/2008, ICNF e CMC
		Valorização do património natural em áreas do SNAC	Ações de fiscalização	N.º e tipo	GNR/SEPNA
			Áreas de distribuição das espécies não indígenas invasoras	ha	CMC
			Área abrangida por ações de controlo de espécies não indígenas*	ha	CMC
			Concretização das propostas de recuperação de áreas degradadas*	N.º	ICNF
			Centro de interpretação da natureza	N.º	CMC
			Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados	N.º e tipo	CMC
			Dinâmicas de turismo de natureza	N.º e tipo	ICNF
		Estrutura Ecológica Municipal	Promoção do contínuo natural através da delimitação da Estrutura Ecológica Municipal	Área da Estrutura Ecológica Municipal	Tipo e ha
	Categorias/Sistemas que compõem a Estrutura Ecológica Municipal			Tipo e ha	CMC
	Ações de recuperação do estado da Galeria ripícola			N.º e tipo	CMC
	Ações de recuperação da floresta com espécies autóctones*			N.º e tipo	CMC
Gestão e Valorização da Conservação da Floresta	Promoção da gestão sustentável da floresta	Área florestal arborizada por espécie e matos	ha	CMC	

FCD	Domínio de Avaliação	Critério de Avaliação	Indicadores	Unidade	Fonte
			Zonas de Intervenção Florestal	N.º e ha	CMC
			Planos de Gestão Florestal	N.º	CMC
			Equipamentos florestais de recreio	ha	CMC

(RCM – Resolução de Conselho de Ministros; ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas; CMC – Câmara Municipal de Caminha; LVVP - Livro Vermelho de Vertebrados de Portugal)

*- Indicador decorrente da proposta de revisão do PDM, sendo apenas analisado na avaliação da implementação da proposta de revisão do PDM de Caminha

5.1.3. Qualidade Ambiental

A qualidade ambiental constitui um factor importante para a saúde pública, qualidade de vida da população humana e para o equilíbrio dos ecossistemas. Reconhecendo-se que a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Caminha conduz a ações que envolvem direta e indiretamente questões determinantes para a qualidade ambiental, procede-se no âmbito da avaliação do presente FCD à sua análise, contextualizada por uma caracterização da situação atual da área do território concelhio, de forma a que, antecipadamente, e se necessário, possam ser projetadas intervenções ou planeadas medidas corretivas para as ações que eventualmente origem potenciais impactes ambientais negativos.

Neste âmbito, as questões consideradas relevantes para a presente análise são a gestão de resíduos, a salvaguarda da qualidade dos recursos hídricos e da qualidade do ar, a prevenção da poluição sonora e o uso eficiente de energia.

O Quadro 7 apresenta os domínios de avaliação definidos para o FCD Qualidade Ambiental, e associa-lhes os objetivos de sustentabilidade que se pretendem atingir.

Quadro 7 - Domínios de avaliação e respetivos objetivos de sustentabilidade definidos para o FCD – Qualidade Ambiental

Domínio	Objetivos de Sustentabilidade
Resíduos	- Promover uma política adequada de gestão de resíduos
Água	- Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos - Garantir serviços adequados de abastecimento de água para consumo humano - Promover um consumo eficiente e racional do recurso água - Garantir serviços adequados de drenagem e de tratamento de águas residuais - Promover uma gestão eficiente das águas pluviais e residuais
Ruído	- Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações
Ar	- Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvide a saúde pública - Contribuir para a redução da poluição atmosférica - Contribuir para a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa - Aumentar a oferta de modos de transporte sustentáveis e alternativos
Energia	- Promover o aumento da eficiência energética - Utilização racional de energia - Promover a utilização de fontes de energia renovável (nomeadamente energias solar e térmica)

De forma a pormenorizar a análise que se pretende efectuar sobre o FCD - Qualidade Ambiental, identificaram-se, para os domínios de avaliação, os respetivos critérios de avaliação e indicadores (Quadro 8).

Quadro 8 – Domínios de avaliação, critérios de avaliação e indicadores associados ao FCD - Qualidade Ambiental

FCD	Domínio	Crítérios de Avaliação	Indicadores	Unidade	Fonte
Qualidade Ambiental	Resíduos	Destino final dos resíduos produzidos	• Produção de resíduos sólidos urbanos	Ton/hab	CMC
			• Valorização de resíduos sólidos urbanos	%	INE
			• Ações de educação/sensibilização na área dos resíduos	N.º	CMC
			• Áreas afetadas por descargas ilegais/acumulação de resíduos	N.º	CMC
			• Investimento municipal ao nível da gestão de resíduos	€	INE / CMC
	Água	Poluição da água/Contaminação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos	• Qualidade da água superficial	Classe	APA
			• Qualidade da água subterrânea	Classe	APA
			• Número de descargas ilegais detetadas nas linhas de água	N.º	CMC
			• Investimento municipal ao nível da preservação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos*	€	INE/ CMC
		Infraestruturação ao nível do abastecimento de água	• Consumo de água	m ³	INE
			• População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo	%	INE
		Cumprimento dos padrões de qualidade da água para abastecimento público	• Análises realizadas à água tratada cujos resultados estejam de acordo com a legislação	%	INE
		Infraestruturação ao nível da drenagem e tratamento de águas residuais	• População servida por sistema de drenagem e tratamento de águas residuais	%	INE
			• Investimento municipal ao nível da gestão das águas residuais ¹	€	INE
		Gestão eficiente das águas residuais	• Águas pluviais afluentes aos sistemas de drenagem de águas residuais	%	INSAAR
			• Percentagem de água (residual tratada, bruta e de consumo humano) usada na rega*	%	CMC
		Uso eficiente da água	• Perdas no sistema de abastecimento	%	CMC
			• Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água	N.º	CMC
		Ruído	Poluição sonora	• População exposta a níveis sonoros superiores aos limites legais	N.º
• Reclamações por incomodidade sonora*	N.º			CMC	

FCD	Domínio	CrITÉrios de AvaliaÇão	Indicadores	Unidade	Fonte
			• Planos de reduÇão de ruído*	N.º	CMC
			• Investimento ao nÍvel da proteÇão do ruído*	€	INE/ CMC
	Ar	• PoluiÇão atmosférica / ContaminaÇão do ar e cumprimento dos requisitos legais	• Qualidade do ar	Classe	APA
			• Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites	N.º	APA
			• Número de empresas sujeita ao Comércio Europeu de LicenÇas de Emissão	N.º	APA
			• Investimento ao nÍvel da proteÇão da qualidade do ar*	€	INE/ CMC
		• Mobilidade sustentável	• Projetos com adoÇão de soluÇões que tenham em vista a mobilidade sustentável*	N.º	CMC
	Energia	• Matriz energética	• Consumo de energia (energia elétrica e gás natural)	kWh/ano	DGEG
		• Eficiência energética	• Projetos com adoÇão de soluÇões de eco-eficiência energética	N.º	CMC
		• Adesão à produÇão de energia através de fontes renováveis	• ProduÇão de energia, a nÍvel local, através de recursos renováveis (nomeadamente energia eólica)	tep	CMC

(CMC – Câmara Municipal de Caminha; INE – Instituto Nacional de Estatística; APA – Agência Portuguesa do Ambiente; DGEG – Direção-Geral de Energia e Geologia)

*- Indicador analisado na fase de seguimento da implementação da proposta de revisão do PDM de Caminha

5.1.4. Património Cultural e Desenvolvimento Turístico

Caminha é um concelho que possui variadíssimos recursos, dispondo de um sistema biofísico de excelência, com paisagens e ambientes que vão do mar, ao rio e à serra. Além destas paisagens naturais, que se distribuem pelos vales do Âncora e do Coura, dos rios, das praias e das serras, associa-se a riqueza em património, gastronomia e artesanato, que constituem um “mosaico de paisagens” deste município.

Um dos objetivos estratégicos para a revisão do PDM de Caminha assenta na “afirmação da Vila de Caminha – a Âncora do Turismo Sustentável”, de forma a potenciar o desenvolvimento do turismo, quer na sua componente ambiental e territorial, quer na componente patrimonial. Neste sentido, foi identificado o fator crítico Património Cultural e Desenvolvimento Turístico no âmbito da avaliação ambiental estratégica da revisão do PDM de Caminha.

O Quadro 9 apresenta sumariamente os objetivos de sustentabilidade que se pretendem atingir com a análise dos domínios de avaliação definidos para o FCD “Património Cultural e Desenvolvimento Turístico”.

Quadro 9 – Domínio de avaliação definido para o FCD – Património Cultural e Desenvolvimento Turístico e respetivos objetivos de sustentabilidade

Domínio de Avaliação	Objetivos de Sustentabilidade
Desenvolvimento Turístico	Estruturar e Infraestruturar Espaços Vocacionados para Atividades Turísticas
	Definir espaços atrativos que permitam a sua utilização para práticas de lazer
	Incentivar a prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural e paisagístico
	Promover o desenvolvimento do turismo através da criação de sinergias entre os diferentes agentes
Património Natural e Cultural	Promover a valorização do património histórico e cultural
	Conservar e valorizar o património cultural e edificado do concelho
	Conservar e valorizar o património natural do concelho

De forma a pormenorizar a análise que se pretende efectuar, identificaram-se os seguintes critérios de avaliação e respetivos indicadores para este FCD (Quadro 10), através dos quais se irá proceder à caracterização da situação existente e análise das principais tendências.

Quadro 10 - Relação entre os domínios de análise considerado para o FCD – Património Cultural e Desenvolvimento Turístico, com os critérios de avaliação e os principais indicadores estabelecidos

FCD	Domínio	Critério de Avaliação	Indicadores	Unidade	Fonte
Património Cultural e Desenvolvimento Turístico	Desenvolvimento Turístico	Qualificar a rede de Infraestruturas e equipamentos de cariz turístico	Áreas com Aptidão Turística	N.º	CMC
			Percursos Pedestres / Pistas Cicláveis	N.º	CMC
			Unidades de Alojamento	N.º e Tipologia	CMC/RNT
			Praias Marítimas e Fluviais	N.º	CMC
			Outras Infraestruturas e equipamento de turismo e lazer		CMC
	Património Natural e Cultural	Preservação/ Valorização do Património Cultural e Natural	Imóveis Classificados e inventariados	N.º	CMC /DGPC
			Sítios Arqueológicos	N.º	CMC /DGPC
			Circuitos históricos e culturais	N.º	CMC
			N.º de visitantes em museus*	N.º	INE
			Despesas com o património e atividades culturais*	N.º	CMC /INE
			Atividades de Turismo de Natureza/Turismo Rural *	N.º	CMC
			Lista de intervenções de valorização paisagística/ambiental*	N.º	CMC
			Eventos culturais	N.º	CMC

(CMC – Câmara Municipal de Caminha; RNT – Registo Nacional de Turismo; INE – Instituto Nacional de Estatística; DGPC – Direção Geral do Património Cultural)

* Indicador a ser analisado na fase de execução do Plano, usado para seguimento no Plano de Controlo

5.1.5. Riscos Ambientais e Tecnológicos

A gestão de risco é um processo contínuo e dinâmico que deve identificar e avaliar os riscos associados às diferentes atividades desenvolvidas. Assim sendo, a prevenção de riscos ambientais deverá ser um dos fatores essenciais na análise e avaliação dos diferentes planos de ordenamento do território.

A proposta de revisão do PDM em análise pretende avaliar os efeitos da concretização dos seus objetivos em função das características do concelho. O quadro seguinte apresenta os domínios de avaliação definidos para o FCD e associa os objetivos de sustentabilidade que se pretendem atingir com a presente análise.

Quadro 11 – Domínios de avaliação definidos para o FCD – Riscos Ambientais e Tecnológicos e respetivos objetivos de sustentabilidade

Domínio de Avaliação	Objetivos de Sustentabilidade
Incêndio	• Prevenir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios
	• Aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais
	• Prevenção da elevada impermeabilização do solo
	• Manter práticas adequadas de utilização e conservação do solo
	• Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas
Cheias	• Aumentar os níveis de proteção do solo
	• Diminuir os efeitos de ocorrência de cheias
	• Manter e recuperar processos ecológicos chave
Movimentação de vertentes	• Aumentar os níveis de proteção no solo
	• Manter e recuperar processos ecológicos chave
	• Minimizar a ocorrência de acidentes geomorfológicos
	• Diminuir a população em áreas sensíveis a deslizamento de vertentes
Sismicidade	• Prevenir as consequências provocadas por um sismo
Erosão Costeira	• Diminuir a população em áreas vulneráveis à erosão costeira
	• Identificação de áreas costeiras ameaçadas por cheias do Mar
	• Avaliação do recuo da faixa costeira bem como das medidas de proteção já implementadas
	• Avaliação das ocupações existentes e medidas de requalificação propostas e a implementar
Acidentes Industriais	• Prevenir a ocorrência de derrames para o solo e para os recursos hídricos
	• Prevenir a ocorrência de situações de explosão
	• Minimizar os efeitos na população exposta à ocorrência de acidentes industriais

A salvaguarda da ocorrência destes domínios contribuirá para a garantia da prevenção do risco para os ecossistemas e para o Homem bem como o seu controlo e acompanhamento contribuirão para o desenvolvimento de uma região mais sustentável.

Para pormenorizar a análise que se pretende efetuar identificaram-se os vários domínios de avaliação, objetivos de sustentabilidade e indicadores associados ao FCD - Riscos Ambientais e Tecnológicos, que se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 12 – Relação entre os diversos domínios de análise considerados para o FCD - Riscos Ambientais e Tecnológicos, com os critérios de avaliação e os principais indicadores estabelecidos

FCD	Domínio	Critério de avaliação	Indicadores	Unidade	Fonte	
Riscos Ambientais e Tecnológicos	Incêndio	<ul style="list-style-type: none"> Recursos florestais Risco de incêndio Edifícios e estado de conservação 	Grau de risco de incêndios	Classe	PMDFCI	
			Área ardida	ha	ICNF	
			Número de ocorrências de incêndio florestal	N.º	ICNF CMC	
			Número de ocorrência de incêndios urbanos*	N.º	ICNF CMC	
		<ul style="list-style-type: none"> Meios de prevenção e socorro 	Agentes de proteção civil e outras entidades envolvidas no combate a incêndios	N.º	INCF CMC	
			Meios e verbas concedidas às corporações de bombeiros existentes no concelho*	N.º	CMC	
		<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de minimização de ocorrência de incêndios 	Levantamento dos edifícios de categoria de risco 3 e 4 do RJ-SCIE*	N.º	CMC	
			Número de ações/programas previstos nos Eixos Estratégicos do PMDFCI de Caminha cumpridos*	N.º e Tipo de ação/Programa cumprido	CMC	
		Cheias	<ul style="list-style-type: none"> Situação climatológica Grau de impermeabilização 	Precipitação	mm	CMC
				Área impermeabilizada*	ha	CMC
	<ul style="list-style-type: none"> Efeitos da ocorrência de cheias e inundações sobre bens materiais 		Uso do solo em zonas inundáveis*	Tipologias vs N.º de ocorrências	CMC	
			Edifícios sensíveis em áreas de risco de cheia/inundação*	N.º	CMC	
			Zonas densamente povoadas*	N.º	CMC	
			Medidas de defesa contra risco de cheia implementadas*	Tipologias vs N.º	CMC	
	<ul style="list-style-type: none"> Situações de cheias ou inundação 		Ocorrência de cheias	N.º	CMC	
			Áreas inundáveis	ha	CMC	
	Movimentação de vertentes	<ul style="list-style-type: none"> Características do solo 	Uso do solo em áreas com risco de erosão*	Tipologia de uso	CMC	
			Elaboração de cartografia de risco*	-	CMC	
		<ul style="list-style-type: none"> Eventos de erosão 	Número de eventos de ocorrência de erosão*	N.º	CMC	
			Medidas de contenção face á ocorrência de erosão*	N.º	CMC	
			Número de pessoas vulneráveis*	N.º	CMC	
	Sismicidade	<ul style="list-style-type: none"> Ocorrência de sismo 	Intensidade sísmica do concelho	Grau	CMC	
			Elaboração de cartografia de risco sísmico do concelho*	-	CMC	

FCD	Domínio	Critério de avaliação	Indicadores	Unidade	Fonte
	Erosão Costeira	• Orla Litoral	Ações de sensibilização/divulgação sobre procedimentos de atuação face à ocorrência de sismos*	N.º	CMC
			Número de pessoas vulneráveis*	N.º	CMC
			Número de edificações vulneráveis*	N.º	CMC
			Avaliação do recuo da linha de costa*	m	CMC
			Recuperação de zonas de risco fora da margem do mar*	ha	CMC
	Acidentes Industriais	• Situações de derrame • Solo contaminado • Avaliação da contaminação de aquíferos	Número de ocorrências de derrame*	N.º	CMC
			Área de terreno afetada em resultado de ocorrência de derrame*	ha	CMC
			Número de acidentes com transporte de matérias perigosas*	N.º	CMC
		• Situações de explosão	Número de ocorrências de explosão*	N.º	CMC
		• Grau de impermeabilização afeto a espaço industrial	Área do concelho ocupada por espaço de atividades económicas	ha	CMC
		• Prevenção de acidentes graves • Estratégias de minimização face à ocorrência acidentes industriais	Estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 150/2015 de 5 de Agosto, por classificação de perigosidade	N.º	CMC
			Área ocupada por estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 150/2015 de 5 de Agosto*	ha	CMC
			Densidade populacional nas áreas condicionadas*	Hab/m ²	CMC
			Distâncias de segurança	m ²	CMC
	Estabelecimentos abrangidos pela Diretiva PCIP	N.º	CMC		

(CMC - Câmara Municipal de Caminha; PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios; ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas; SCIE – Segurança Contra Incêndios em Edifícios)

* - Indicador com lacuna de informação, analisado na avaliação da implementação da proposta de revisão do PDM

5.1.6. Governança

A revisão de um Plano Diretor Municipal pode constituir uma oportunidade e um desafio para as autarquias melhorarem a sua relação e interação com os cidadãos, instituições e agentes de desenvolvimento em geral, instituindo e promovendo parcerias, assumindo uma atitude de proximidade com todos os interlocutores.

Está em causa a capacidade de efetuar uma segmentação de públicos alvo e de decisores chave e de estabelecer as estratégias de promoção adequadas às características de cada um desses segmentos, estimulando formas eficazes de organização e de cooperação estratégica.

O papel dos agentes de desenvolvimento poderá ser fundamental para assegurar esta dinâmica, na medida em que o perfil profissional destes agentes remete para o desenvolvimento de um conjunto de competências transversais relacionadas com o apoio às comunidades locais na medida em que se verifica uma melhoria dos serviços prestados ao cidadão e aos agentes sócio-económicos.

A este nível, a autarquia de Caminha pretende criar sinergias com outros parceiros, gestores públicos ou agentes privados, nacionais, ou internacionais, e promover o estabelecimento de parcerias, públicas e privadas, validadas por processos claros de defesa do interesse público.

O Quadro 13 apresenta os domínios de avaliação definidos para o FCD Governança, e associa-lhes os objetivos de sustentabilidade que se pretendem atingir.

Quadro 13 – Domínios de avaliação definidos para o FCD – Governança, e respetivos objetivos de sustentabilidade

Domínio	Objetivos de Sustentabilidade
Ação Social	• Definir critérios, suficientemente flexíveis, que permitam acolher o desenvolvimento do concelho sem comprometer o equilíbrio funcional.
	• Proporcionar maior visibilidade e protagonismo interno e externo à sub-região e aos agentes locais, estimulando formas eficazes de organização e de cooperação estratégica.
	• Envolver a comunidade na valorização e aproveitamento dos seus recursos, mobilizando vontades e capacidades organizativas.

De forma a auxiliar o nível de pormenorização da análise que se pretende efetuar sobre o FCD - Governança, identificaram-se para os domínios de avaliação, os respetivos critérios de avaliação e indicadores (Quadro 14).

Quadro 14. - Relação entre o domínio de análise considerado para o FCD – Governança, com os critérios de avaliação e os principais indicadores estabelecidos

FCD	Domínio	Critérios de Avaliação	Indicadores	Unidade	Fonte
Governança	Ação social	Agentes locais envolvidos	• Número de e tipologias de agentes envolvidos	N.º e Tipo	CMC
			• Graus de influência dos agentes na decisão e sua evolução *	%	CMC
		Fontes de informação	• Locais com informação disponível *	N.º	CMC
			• Utilização de novas tecnologias de comunicação e informação (SIG) *	Tipo	CMC
		Envolvimento da comunidade	• Participação em consultas públicas *	N.º	CMC
			• Participação eleitoral	N.º	CMC

(CMC – Câmara Municipal de Caminha)

*Indicador a ser analisado na avaliação da implementação da proposta de revisão do PDM de Caminha

5.2. Situação existente e análise de tendências

5.2.1. Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

A análise SWOT pretende traçar o diagnóstico geral e o resumo das características ambientais e das tendências existentes ao nível do concelho de Caminha reunindo, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, ocasionam um conjunto de ameaças e oportunidades associadas ao FCD em análise.

Quadro 15 - Análise SWOT no âmbito do FCD – Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Localização geográfica • Manutenção da taxa de atividade • Existência de eixos rodoviários de importância e relevo regional, nacional e internacional, nomeadamente as A28, a ER13, ER3015 e ER301 • Existência de eixos ferroviários de importância nacional como a Linha do Minho, com ligações internacionais e nacionais • Melhoria dos espaços públicos e consequente melhoria da qualidade de vida • Grande diversidade de associações 	<ul style="list-style-type: none"> • População a tornar-se envelhecida • Aumento da taxa de desemprego • Diminuição da população, nomeadamente em idade ativa • Nível de qualificação académica da população ainda relativamente baixo • Tendência para a diminuição do número de empresas no concelho • Indústria dispersa
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Espaço Florestal de grande importância a nível económico, turístico e ambiental • Forte componente ambiental e presença de várias áreas naturais classificadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Potencial crescimento de novos processos de urbanização • Impactes ambientais e “consumo” de Solo com uso Florestal causados pela implantação de novas

<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento dos espaços de interesse natural para o desenvolvimento de percursos que promovem a sustentabilidade ambiental e uma melhoria da qualidade de vida das populações • Proximidade de Espanha • Proximidade da A28, com ligações ao Porto e a Vigo • Ligação Fluvial entre Portugal e Espanha • Proximidade a centros de investigação e desenvolvimento (Universidade do Porto) • Comunidade com forte ligação ao mar 	<p>unidades económicas e de novos processos de urbanização</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abandono de áreas agrícolas
--	--

5.2.2. Biodiversidade e Conservação da Natureza

A análise SWOT, descrita no quadro seguinte, sistematiza a análise efectuada para a situação existente da área de intervenção da proposta de revisão do PDM de Caminha, considerando as tendências de evolução provável no cenário de não implementação da presente proposta, no âmbito do FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza.

Quadro 16 - Análise SWOT no âmbito do FCD - Biodiversidade e Conservação da Natureza

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Integração do concelho numa área natural com elevada riqueza específica e reconhecido valor para a conservação da natureza e da biodiversidade, com integração no SIC Rio Minho, SIC Litoral Norte, SIC Serra de Arga e ZPE Estuário dos rios Minho e Coura • Sistemas Biofísicos com elevado interesse paisagístico • Qualidade cénica dos elementos biofísicos naturais, designadamente floresta, rio, estuário e mar, que modelam e dão forma à orografia do território • Existência de um Centro de Interpretação da Natureza • Existência de trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados • Presença de uma ZIF (ZIF de Santa Luzia) e de um PGF (PGF da Mata Nacional do Camarido) 	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativas de promoção e de divulgação do património natural ainda incipientes • Inexistência de ações de monitorização do grau de conservação dos habitats naturais e das espécies protegidas • Floresta com espécies não autóctones e com espécies invasoras (nomeadamente Acácia e Háquia) • Apenas um operador com registo para reconhecimento da atividade turística no domínio do Turismo de Natureza
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Enquadramento normativo legal de proteção da Natureza • Sector do turismo de natureza emergente • Dinâmicas regionais com vista ao desenvolvimento sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de um Plano de Gestão para cada uma das Áreas Classificadas presentes no concelho • Inserção num contínuo de mancha florestal, constituída em grande parte por espécies resinosas ou com elevado potencial de inflamabilidade, potenciando o risco de incêndio • Presença abundante de invasoras dos géneros Acácia e Háquia propiciam condições de degradação de habitats e aumentam a probabilidade de incêndios

5.2.3. Qualidade Ambiental

A análise SWOT pretende traçar o diagnóstico geral e o resumo das características ambientais e das tendências existentes ao nível do concelho de Caminha reunindo, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, ocasionam um conjunto de ameaças e oportunidades associadas ao FCD em análise. Esta análise identifica as tendências de evolução provável no cenário de não implementação da proposta de revisão do PDM de Caminha (Quadro 17).

Quadro 17 – Análise SWOT no âmbito do FCD – Qualidade Ambiental

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição da produção de resíduos sólidos urbanos indiferenciados • Rede de ecopontos distribuída por todo o concelho. • Aumento da recolha seletiva de vidro e embalagens, entre 2011 e 2013 • 96% da população servida por sistemas de abastecimento de água para consumo humano • Monitorização da qualidade da água para consumo humano • Principais massas de água superficial (rio Minho, rio Coura, rio Âncora) apresentam um “Bom” estado ecológico e um “Bom” estado químico • A qualidade das águas balneares nas 4 zonas balneares existentes no concelho obtiveram uma classificação “Excelente” • Massa de água subterrânea apresenta um “Bom” estado químico e “Bom” estado quantitativo • Índice registado em maior número de dias, na Zona Norte Litoral, no ano de 2013, foi o índice “Bom” • Boas condições naturais para a produção de energias alternativas renováveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição da recolha seletiva de papel/cartão, entre 2011 e 2013 • Baixo nível de preocupações de sensibilização e proteção ambiental • Reduzida taxa de população servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais • Rede de drenagem de águas residuais é do tipo unitária • Elevadas perdas no sistema de abastecimento de água • Uso pouco eficiente da água
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Produção de energia elétrica proveniente dos parques eólicos presentes no concelho de Caminha • Desenvolvimento de soluções e modelos de gestão e controlo das descargas de águas residuais nos meios hídricos recetores (decorrente da implementação de estratégias de gestão e valorização de efluentes - ENEAPAI, ENDS, PGRH, PENSAAR 2020) 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do tráfego rodoviário • Baixa sensibilização ecológica e ambiental

5.2.4. Património Cultural e Desenvolvimento Turístico

A análise SWOT, apresentada no quadro que se segue, pretende traçar um diagnóstico geral e o resumo das tendências existentes ao nível do concelho de Caminha no que concerne ao Património Cultural e Desenvolvimento Turístico. Esta análise identifica as tendências de evolução provável no cenário de não implementação da proposta de revisão do PDM de Caminha (Quadro 18).

Quadro 18 – Análise SWOT no âmbito do FCD – Património Cultural e Desenvolvimento Turístico

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Riqueza em património natural e cultural (nomeadamente arquitetónico) • Existência de algum edificado com interesse municipal • Existência de percursos dinamizados pelo município • Aposta em eventos histórico-culturais por parte da Autarquia • Aposta na valorização e infraestruturização de praias marítimas e fluviais 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de um plano integrado de desenvolvimento turístico • Pressão urbanística nas áreas de desenvolvimento turístico
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Condições naturais favoráveis ao estabelecimento de percursos • Ecoturismo e turismo rural como possibilidades a explorar • Equipamentos à disposição das populações numa perspetiva territorialmente equilibrada • Tradições históricas e culturais do concelho como fator dinamizador da vida sócio-económica local e capaz de contribuir para o desenvolvimento da atividade turística do concelho • Aposta no setor do turismo, nomeadamente no turismo de sol e praia e no turismo de natureza • Implementação de rotas e percursos pelas áreas naturais • Implementação de rotas temáticas 	<ul style="list-style-type: none"> • Não preservação e conservação do património edificado • Perda da identidade concelhia pelo “esquecimento” da cultura • Falta de capacidade regeneradora da população, assim como da vitalidade social e económica

5.2.5. Riscos Ambientais e Tecnológicos

A presente análise pretende apresentar, de uma forma sucinta, as características associadas ao FCD em avaliação mais relevantes, reunindo os elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, dão origem a ameaças e oportunidades. Esta análise identifica as tendências de evolução provável no cenário de não implementação da proposta de revisão do PDM de Caminha (Quadro 19).

Quadro 19 - Análise SWOT no âmbito do FCD – Riscos Ambientais e tecnológicos

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Grande variedade de paisagens: montanha, floresta, cursos de água, praias fluviais • Existência de um sistema de proteção civil capaz de responder a emergências • Grande dinâmica de investimento nos espaços florestais 	<ul style="list-style-type: none"> • Território com extensa mancha florestal • Tendência para o aumento das áreas de matos, face ao abandono dos espaços florestais e aos incêndios florestais, o que fará antever um espaço florestal com crescente combustibilidade com consequências para a propagação dos incêndios florestais • Abandono da atividade agrícola, o que potenciará o alargamento das áreas de matos • Crescente impermeabilização dos solos pela ocupação urbana • Existência de zonas urbanas sujeitas a um risco significativo de cheias e inundações • Ausência de cartas de riscos e/ou lacunas na sua

Forças	Fraquezas
	divulgação e aplicação <ul style="list-style-type: none"> • Concelho ciclicamente afetado por grandes incêndios florestais • Dispersão do tecido industrial • Condicionantes várias com elevada presença no concelho • Não definição das distâncias de segurança, decorrente do estabelecido no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de Agosto
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios • Aplicação do Plano de Emergência Municipal • Potencial para o recreio nos espaços florestais e com grande interesse paisagístico com a existência de atividades de recreio • Floresta: recurso natural importante • Recuperação e valorização paisagística dos vales e linhas de água 	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de incêndio florestal • Risco de acidentes industriais, como explosão e derrames • Risco de acidentes decorrente de transporte de matérias perigosas • Risco de inundação e cheia • Risco de erosão • Risco de recuo da linha de costa

5.2.6. Governança

A presente análise pretende apresentar, de uma forma sucinta, as características associadas ao FCD em avaliação mais relevantes, reunindo os elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, dão origem a ameaças e oportunidades. Esta análise identifica as tendências de evolução provável no cenário de não implementação da proposta de revisão do PDM de Caminha (Quadro 20).

Quadro 20 - Análise SWOT no âmbito do FCD – Governança

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Identidade forte • Dinâmica associativa contribui para o desenvolvimento de atividades culturais, sociais e desportivas • Orçamento Participativo de Caminha 	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficientes recursos humanos nas associações • Fracos índices de participação eleitoral da população • Dificuldade em afirmar uma imagem e uma marca diferenciadora
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Crescente atenção nas áreas da inovação e da tecnologia • Dinamização e promoção dos projetos por parte da população e dos diferentes agentes de desenvolvimento • Notoriedade e visibilidade da marca “Caminha” 	<ul style="list-style-type: none"> • Fraca adesão participativa por parte da população nos processos de tomada de decisão

5.3. Efeitos esperados da proposta de revisão do PDM de Caminha por Fator Crítico para a Decisão

5.3.1. Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

A análise dos efeitos esperados da proposta de revisão do PDM de Caminha foi efetuada com base na avaliação da relação entre os efeitos das opções estratégicas definidas pela proposta de revisão e os indicadores estabelecidos para o FCD – Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade. A proposta de revisão do PDM de Caminha poderá assim consubstanciar um conjunto de efeitos positivos e negativos que importa considerar.

Efeitos positivos

- A concretização do modelo de ordenamento estratégico da revisão do PDM de Caminha irá aumentar o nível de qualidade de vida, o que suscitará a oportunidade de aumentar a população residente concelhia, bem como atrair população mais jovem, pelo que é esperado um efeito significativo.
- A proposta de revisão do PDM de Caminha permite estruturar e consolidar quer o solo rústico, quer o solo urbano, promovendo a qualificação das principais centralidades urbanísticas.
- Uma das opções estratégicas do município é a preservação do património natural e cultural do concelho. Neste sentido, a delimitação dos espaços naturais e paisagísticos do município de Caminha teve como princípio orientador a integração de manchas contínuas onde se salienta a ocorrência de valores naturais cartografados, especialmente os dos habitats e os de espécies de fauna e flora prioritárias. Além disso, o município prevê acautelar a edificabilidade em áreas inadequadas, permitindo, desta forma, preservar o património natural existente.
- A definição da Estrutura Ecológica Municipal permite enquadrar no PDM e no processo de gestão municipal as atuais preocupações e orientações de política nacional e local em matéria de valorização do sistema biofísico. A EEM do município desenvolve-se em três níveis complementares que preveem medidas distintas, tendo em conta os valores naturais existentes.
- A proposta de revisão do PDM de Caminha impõe um quadro de ordenamento mais regulador e mais equilibrado, do quadro de usos e ocupações do solo. Assim, é esperado deste processo de revisão um maior grau de preocupação com a defesa e preservação das áreas mais sensíveis do ponto de vista ambiental e paisagístico.
- A proposta de revisão do PDM de Caminha classifica e qualifica o Solo Rústico ajustando essa classificação aos usos e vocações dominantes do solo. O espaço agrícola é defendido e preservado e o

espaço florestal é ordenado de acordo com as orientações do PROF e as áreas classificadas encontram-se identificadas e servem de base ao desenvolvimento de propostas de qualificação ambiental e paisagística.

- Os objetivos estratégicos do plano referem a necessidade de revitalizar o tecido urbano concelhio e a promoção de um desenvolvimento urbano mais compacto.

- É esperado do processo de implementação da revisão do PDM de Caminha o desenvolvimento dos estudos de diversas UOPG's e assim, contribuir-se para um quadro de ordenamento do território mais qualificado. As UOPG's atualmente previstas referem-se a áreas de valorização do território e permitem uma melhor organização do espaço.

- A revisão do PDM permitirá sistematizar, hierarquizar e estabelecer prioridades na execução de uma rede viária estruturada e coerente que favoreça a estrutura e o ordenamento do território, garantindo a qualidade de vida da população mas também a atração e fixação de novos investimentos.

- A revisão do PDM permitirá sistematizar, hierarquizar e estabelecer prioridades na disponibilização de uma rede de transportes coletivos estruturada e coerente que favoreça a estrutura e o ordenamento do território, garantindo a melhoria da qualidade de vida da população.

- A execução das propostas da revisão do PDM de Caminha permitirá a implementação de políticas de estruturação, infraestruturização e qualificação dos espaços de atividades económicas que, por sua vez, motivará a atração e fixação de mais unidades empresariais e de mais investimento e gerará maior capacidade de emprego.

- A dinâmica empresarial esperada com a capacidade de atração e fixação de novos investimentos no município irá produzir efeitos positivos na criação de emprego e na atração e fixação de novas populações. Serão assim esperados efeitos positivos no aumento da população ativa e empregada, diminuição da taxa de desemprego e no aumento de oportunidades de realização de ações de formação profissional, ou mesmo, na criação de estruturas vocacionadas exclusivamente para esse fim

- A proposta de revisão do PDM de Caminha integra preocupações ambientais e paisagísticas, identificadas essencialmente através da opção estratégica 4 (Preservação do Património Natural e Cultural do Concelho) que dá especial ênfase às áreas integradas naturais existentes no município. Nesse sentido espera-se que a revisão do PDM possa contribuir para a dinamização de projetos de valorização paisagística e ambiental e para a execução prevista de uma rede de percursos temáticos e de ciclovias que proporcionem condições de qualidade no processo de fruição da paisagem e dos valores naturais.

- A proposta de revisão do PDM de Caminha integra preocupações com a qualificação do espaço público, nomeadamente ao prever um conjunto de objetivos estratégicos que irão permitir uma melhor coesão territorial e uma melhoria dos sistemas urbanos e das acessibilidades e mobilidades internas.

- A aposta na qualificação urbana e na coesão social e territorial já assumida pelo município conduzirá à manutenção e ampliação da rede de equipamentos de utilização coletiva que no caso de Caminha é caracterizada por ser diversificada, territorialmente distribuída e de qualidade significativa.

Efeitos negativos

- O desenvolvimento de projetos de valorização e de qualificação dos valores naturais e paisagísticos do município pode atrair visitantes em escala e em número que podem sobrecarregar a capacidade de suporte do meio. Por isso, as preocupações com o equilíbrio entre o uso e a capacidade de suporte do meio natural devem merecer avaliação permanente e constante.

5.3.2. Biodiversidade e Conservação da Natureza

A análise dos efeitos esperados da proposta de revisão do PDM de Caminha foi efetuada com base na avaliação da relação entre os efeitos das opções estratégicas definidas pela proposta de revisão do PDM de Caminha e os indicadores estabelecidos para o FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza. A proposta de revisão do PDM de Caminha poderá assim consubstanciar um conjunto de efeitos positivos que importa considerar.

- A revisão do PDM criou condições para a integração das áreas classificadas na planta de condicionantes, facilitando assim a aplicação de um conjunto de ações convergentes com as orientações de gestão previstas pelo PSRN2000. Através do articulado do regulamento da proposta de revisão do PDM, relativo à Rede Natura, são determinadas ações, atividades e usos do solo, que garantem a manutenção e/ou promoção do estado de conservação favorável dos valores naturais de interesse comunitário, nas áreas do concelho integradas na Rede Natura 2000. Neste contexto importa salientar que na elaboração do corpo regulamentar houve a preocupação de fazer corresponder ao zonamento um conteúdo regulamentar adequado aos objetivos de salvaguarda dos valores de conservação. De referir ainda que o regulamento apresenta um anexo específico relativo a esta matéria, onde são apresentadas as orientações para a RN2000, ações e atividades e usos que carecem de parecer vinculativo do ICNF. Pelo exposto considera-se que a proposta de revisão do PDM não conflitua com a manutenção, num estado de conservação favorável dos valores naturais identificados, que justificaram a classificação dos Áreas Classificadas da Rede Natura 2000.

- Com a classificação dos SIC's e da ZPE, e o respeito pela aplicação de um conjunto de medidas previstas para a salvaguarda e conservação dos valores naturais presentes, espera-se que sejam especificamente planeadas ações de fiscalização / monitorização dos fatores de ameaça.

- A presença abundante de invasoras dos géneros Acácia e Háquia propiciam condições de degradação de habitats e aumentam a probabilidade de incêndios. A proposta de revisão pretende no entanto promover medidas de remoção/contenção de espécies invasoras.

- A proposta de revisão do PDM de Caminha apresenta como objetivo estratégico “*Criar uma atitude ambientalmente correta fomentando a preservação da qualidade paisagística e da estética rural (de sustentabilidade ambiental) como forma de incrementar o sector turístico, aditando ao “Sol e Praia” a criação de rotas turísticas no concelho a integrar às já existentes: de turismo ambiental (rota das áreas de paisagem protegida/rede Natura 2000), de turismo de montanha, de turismo religioso, de turismo de saúde (talassoterapia, estâncias termais), turismo em espaço rural nomeadamente ecoturismo (quintas pedagógicas) e enoturismo (rotas dos vinhos ou das castas vinhateiras locais)*”. De referir ainda que a valorização dos espaços ribeirinhos e florestais deve ser conseguida através da emergência de dinâmicas de turismo de natureza e apoiadas em trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados, permitindo atividades de sensibilização para a conservação da natureza e de educação ambiental.

- A proposta de revisão do PDM prevê a definição da estrutura ecológica, reconhecida como fundamental na proteção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos, através da integração de áreas, valores e sistemas fundamentais que a compõem, permitindo a criação de um *continuum* natural que possa funcionar como corredor ecológico para determinadas espécies.

- Conforme definido no regulamento da proposta de revisão do PDM de Caminha a estrutura ecológica municipal “*é constituída pelo conjunto das áreas, valores e sistemas fundamentais que têm por função criar um continuo natural dos ecossistemas fundamentais visando contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística. A delimitação da estrutura ecológica municipal, engloba os ecossistemas da REN, o domínio hídrico, as áreas de RAN, as áreas classificadas da Rede Natura 2000, os valores naturais de espécies e habitats mais relevantes os valores patrimoniais naturais e culturais e os equipamentos e espaços verdes que se encontram na contiguidade dos sistemas anteriormente referidos*”. Importa sobre este aspeto salientar que a proposta de regulamento do PDM de Caminha define um conjunto de recomendações de intervenção em área abrangida pela Estrutura Ecológica Municipal, recomendações essas que visam a salvaguarda dos valores em presença e as ações previstas, consideradas essenciais para a manutenção e para o equilíbrio dos ecossistemas em presença.

- A delimitação e regulamentação de Espaços Florestais de Proteção, integrado na categoria de Espaço Florestal nesta proposta de revisão do PDM, permitirá atuar sobre os fatores de ameaça reconhecidos, convergindo para a manutenção de um bom estado de conservação da floresta e dos valores naturais que encerra. Desta forma promover-se-á a compatibilização da conservação da biodiversidade com a usufruição sustentável dos espaços florestais.

- As Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), correspondendo em génese a áreas territoriais contínuas maioritariamente constituídas por espaços florestais, submetidas a um plano de gestão florestal e a um plano de defesa da floresta e geridas por uma única entidade, constituem um importantíssimo instrumento de defesa e conservação da floresta. A sua constituição aumenta a capacidade de intervenção no sentido de garantir a sustentabilidade da floresta e proporciona maior risco de degradação.

5.3.3. Qualidade Ambiental

A análise dos efeitos esperados pela proposta de revisão do PDM de Caminha foi efetuada tendo por base os efeitos das opções estratégicas (e objetivos estratégicos correspondentes) assumidas pela proposta de revisão do PDM que poderão ser observados ao nível dos indicadores definidos. Assim, as opções estratégicas e respetivos objetivos da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Caminha podem consubstanciar efeitos positivos ou negativos ao nível dos elementos caracterizados por alguns indicadores selecionados para a análise do FCD – Qualidade Ambiental.

Efeitos Positivos

- A proposta de revisão do PDM prevê uma melhoria ao nível do sistema de gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, acompanhado de um conseqüente aumento dos níveis de separação seletiva de resíduos sólidos urbanos, sendo que, para isso, a autarquia pretende continuar a apostar nas ações de sensibilização ambiental. Assim considera-se este efeito significativo.

- A proposta de revisão do PDM de Caminha prevê o desenvolvimento de ações que visam a preservação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, nomeadamente a reabilitação da rede hidrográfica dentro dos perímetros urbanos e ainda a promoção de ações de educação e sensibilização ambiental. Considera-se este efeito como positivo e significativo, uma vez que o município encontra-se empenhado em preservar os recursos hídricos presentes no concelho. Relativamente às águas balneares, o município pretende desenvolver esforços no sentido de manter a classificação da qualidade das águas balneares como de excelência.

- Com a proposta de revisão do PDM de Caminha prevê-se uma redução do consumo de água, uma vez que estão previstas ações relacionadas com o uso eficiente da água. Por este motivo considera-se este efeito como significativo.

- Atualmente 96% da população do concelho de Caminha é servida por sistemas de abastecimento de água sendo que, com a presente proposta de revisão, a Câmara Municipal pretende aumentar esta taxa

através da execução de um conjunto de obras de requalificação na rede de águas, assim como diversas obras de reparação nos reservatórios.

- A presente proposta de revisão prevê a continuidade do programa de controlo da qualidade da água para consumo humano existente atualmente no concelho.

- A autarquia pretende dotar todas as freguesias de saneamento básico. Para além disso, pretende ainda promover a renovação gradual das redes de saneamento de forma a atingir taxas superiores de população servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, relativamente às verificadas atualmente.

- A proposta de revisão prevê a concretização de um conjunto de medidas relacionadas com o uso eficiente da água.

- A proposta de revisão do PDM de Caminha pretende promover uma redução ao nível do consumo de energia através da implementação de projetos eco-eficientes, dando continuidade às iniciativas que se encontram a promover atualmente nomeadamente a substituição de luminárias e lâmpadas existentes no Centro Histórico de Caminha. Este efeito é considerado como significativo.

- Importa sobre esta matéria referir que o regulamento da proposta de revisão do PDM apresenta a possibilidade de “*Instalações de equipamentos para produção de energia a partir de fontes de energia renováveis, desde que seja respeitada a topografia do terreno e a sua drenagem natural*”, em área afeta a espaços agrícolas de produção e em espaços florestais de produção e de proteção a possibilidade de execução de “*Obras de construção de (...) produção de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis nos termos do regime legal aplicável*”. Este efeito é considerado como significativo.

Efeitos Negativos

- A proposta de revisão do presente PDM pretende reforçar os espaços destinados às atividades económicas, através da criação da UOPG16 (Zona Empresarial de Argela), que terá como objetivo reforçar a vocação empresarial de Caminha, concentrando atividades económicas geradoras de emprego, criando desta forma espaços para receber futuras unidades industriais que se pretendam instalar no concelho. Para além disso pretende ainda reforçar a vocação empresarial de Âncora (através da UOPG 15 - Ancora-Areia) e criar um centro/polo empresarial (através da UOPG 6 – Regency). Assim sendo, o aumento previsto de área industrial pode contribuir para um aumento dos níveis de ruído assim como para a degradação da qualidade do ar do concelho. No entanto, por imposições legais, as unidades industriais instaladas ou a instalar deverão garantir níveis sonoros que não excedam os limites legais. Assim sendo considera-se este efeito pouco significativo.

5.3.4. Património Cultural e Desenvolvimento Turístico

A análise dos efeitos esperados pela proposta de revisão do PDM de Caminha será efetuada tendo por base os efeitos significativos das opções estratégicas (e objetivos estratégicos correspondentes) assumidas pela proposta de revisão do PDM que poderão ser observados ao nível dos indicadores definidos. Assim, as opções estratégicas e respetivos objetivos da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Caminha podem consubstanciar efeitos positivos ou efeitos negativos ao nível dos elementos caracterizados por alguns indicadores selecionados para a análise do FCD – Património Cultural e Desenvolvimento Turístico.

Efeitos Positivos

- A proposta de revisão do PDM de Caminha apresenta enquanto opção estratégica “*Afirmação da Vila de Caminha – a Âncora do Turismo sustentável*”. Com a materialização desta opção estratégica pretende-se assegurar o desenvolvimento do sector do turismo, considerando-se assim um efeito positivo significativo.

- Ao apresentar como uma das opções estratégicas a afirmação do município como a Âncora do Turismo Sustentável, Caminha prevê consolidar a sua imagem como destino turístico de qualidade, diferenciado e competitivo que alie, de forma integrada, património natural, paisagístico e cultural. Neste sentido, a proposta de revisão permitirá uma aposta por parte dos empresários do setor do turismo na valorização das unidades já existentes, e/ou na criação de novas unidades de alojamento, desde que assentes nos princípios da sustentabilidade.

- O objetivo estratégico de “*Criar uma atitude ambientalmente correta fomentando a preservação da qualidade paisagística e da estética rural – de sustentabilidade ambiental – como forma de incrementar o sector turístico, aditando ao “Sol e Praia” a criação de rotas turísticas no concelho a integrar as já existentes: de turismo ambiental (rota das áreas de paisagem protegida /rede Natura 2000), de turismo de montanha de turismo religioso, de turismo de saúde (talassoterapia, estâncias termais), turismo em espaço rural nomeadamente ecoturismo (quintas pedagógicas), enoturismo (rotas dos vinhos ou das castas vinhateiras locais)*”, permitirá o desenvolvimento de atividades de natureza e de turismo rural, potenciando o desenvolvimento socioeconómico do concelho.

Efeitos Negativos

- A criação de novas unidades de alojamento poderá ter um efeito negativo, se não forem tidas em conta as características naturais e socioculturais dos locais.

5.3.5. Riscos Ambientais e Tecnológicos

A análise dos efeitos esperados pela proposta de revisão do PDM de Caminha foi efetuada tendo por base os efeitos significativos das opções estratégicas (e objetivos estratégicos correspondentes) assumidas pela proposta de revisão do PDM. Assim, as opções estratégicas e respetivos objetivos da proposta de revisão do PDM em análise podem consubstanciar efeitos positivos ou negativos ao nível dos elementos caracterizados pelos indicadores selecionados para a análise do FCD – Riscos Ambientais.

Efeitos Positivos

- A proposta de revisão do PDM assume princípios e objetivos de sustentabilidade bem como de preservação e manutenção da qualidade do espaço natural que integra o território. A componente florestal, sendo um importante valor natural deve ser conservada, sendo tal aspeto umas das preocupações expressas pela revisão do PDM.
- Não sendo apontadas orientações específicas que respondam ao indicador “*Agentes de proteção civil e outras entidades envolvidas no combate a incêndios*”, em virtude das suas funções e intervenção na sociedade e no território, espera-se um efeito positivo significativo na medida em que os meios de prevenção e combate à ocorrência de incêndios deverão ser mantidos e deverão satisfazer o cumprimento do estabelecido no PMDFCI bem como no PME.
- Não existe uma orientação específica que vise a concretização do indicador que visa o “*Levantamento dos edifícios de categorias 3 e 4 do RJ-SCIE*”, no entanto, decorrente das ações e responsabilidades da autarquia, bem como das opções estratégicas que visam a qualificação urbana, é espectável que sejam planeados e desenvolvidos diagnósticos de reconhecimento por forma a definir programas de atuação direcionados para as necessidades. Assim, pese embora não de forma direta, a proposta do plano permitirá contribuir de forma positiva para o cumprimento deste indicador.
- Espera-se que as ações que até então têm vindo a ser desenvolvidas pela autarquia no domínio da implementação do estabelecido nos Eixos Estratégicos do PMDFCI de Caminha tenham uma continuidade, resultando numa maior consciencialização dos cidadãos no que se refere às questões relacionadas com a temática dos incêndios bem como uma maior colaboração aquando da ocorrência de incêndios. Deste modo, considera-se que o efeito é positivo e significativo.
- O regulamento da proposta de revisão do PDM de Caminha prevê uma secção para “*Zonas Inundáveis*”, impondo restrições para a edificabilidade nestas zonas e a necessidade de parecer da autoridade competente, aquando da realização de qualquer ação, plano, projeto ou operação urbanística.

- A proposta de revisão do PDM visa prevenir e minimizar riscos ambientais, situação que favorecerá o acompanhamento do indicador “*Medidas de defesa contra risco de cheia*”. Ainda, e sendo também objetivo o estabelecimento de equilíbrios entre o sistema biofísico, e naturalmente as suas condicionantes, com o desenvolvimento económico e social, serão de esperar que sejam desenvolvidas ações que visem a minimização dos efeitos face à ocorrência de cheias/inundação. Desta forma, o efeito sobre este indicador será positivo e significativo.

- Espera-se que os efeitos ao nível dos indicadores “*Ocorrência de cheia*” e “*Áreas inundáveis*” sejam positivos e significativos, resultado das regras de ordenamento do território impostas pela revisão do PDM. É, no entanto, de todo impossível prever se face à ocorrência de eventos extremos imprevisíveis, estas serão o garante da segurança total de bens e pessoas.

- A proposta de revisão do PDM não prevê o desenvolvimento de atividades urbanísticas em áreas com risco de erosão, pelo que o indicador sofrerá um efeito positivo. Estas áreas encontram-se em solos com usos florestal e natural, na sua maioria, pelo que assumem especial interesse as atividades de reflorestação e minimização da ocorrência de incêndios florestais como forma de minimizar, de forma indireta, a ocorrência de erosão. Para tal, o PMDFCI assume-se como um instrumento de valor para que os efeitos sejam positivos.

- É de esperar que a Proteção Civil desenvolva campanhas ao nível da sensibilização e divulgação, bem como de preparação para a ocorrência de risco sísmico, considerando-se que existe um maior conhecimento dos procedimentos face à ocorrência de sismos e por conseguinte uma melhoria dos meios e mecanismos de atuação bem como de participação da população. Por este facto considera-se que os efeitos do indicador serão positivos e significativos.

- A proposta de revisão do PDM não apresenta nenhum objetivo específico que vise a concretização dos indicadores apresentados ao nível da erosão costeira, no entanto, atendendo ao estipulado no PROT-N e ao previsto no POOC Caminha-Espinho, o município, em articulação com outras entidades, deverá desenvolver ações específicas que permitam garantir as condições de sustentabilidade para o desenvolvimento das zonas costeiras.

- A proposta de revisão do presente PDM pretende reforçar os espaços destinados às atividades económicas, através da criação da UOPG 16 - Zona Empresarial Argela, que irá receber futuras unidades industriais exigentes (quer em termos de ocupação quer em termos de segurança) que se pretendam instalar no concelho. Neste sentido, a proposta de revisão do PDM prevê a instalação nesta área de unidades industriais abrangidas pela diretiva SEVESO, não sendo expectável a localização deste tipo de indústrias na proximidade de aglomerados populacionais. Considera-se este efeito como positivo.

Efeitos Negativos

- É de esperar que se verifique um aumento da área impermeabilizada no concelho, fruto do desenvolvimento económico e social que se pretende alcançar, sendo para tal necessário, em grande parte dos casos, promover a edificação em novos espaços. Inevitavelmente, este facto alterará as funções naturais do solo, diminuindo a sua capacidade de infiltração e promovendo o escoamento superficial. Sendo assim, considera-se que o efeito esperado é significativo mas não relevante.

- Pese embora a instalação de futuras indústrias se venha a localizar num espaço próprio criado para o efeito, em caso de ocorrência de acidentes de maior gravidade e dimensão/expansão, o efeito poderá ser negativo e significativo em resultado das características de um território com extensa predominância de áreas de máxima infiltração. Este facto poderá levar a que eventuais derrames venham a contaminar, para além do solo, as águas subterrâneas.

- A proposta de revisão do PDM de Caminha pretende reforçar os espaços destinados às atividades económicas, através da criação de uma UOPG 16 (Zona Empresarial de Argela), que irá receber futuras unidades industriais que se pretendam instalar no concelho. Para além disso pretende ainda reforçar a vocação empresarial de Âncora (através da UOPG 15 Ancora-Areia) e criar um centro/polo empresarial (através da UOPG 6 – Regency). Assim, e no que diz respeito à ocupação do solo, a proposta de revisão do PDM prevê um aumento da área ocupada por espaço de atividades económicas. Nestes espaços e resultado das atividades praticadas podem resultar um conjunto de situações de risco com influência em bens e pessoas, pelo que importa que cada indústria avalie os seus riscos e defina planos de prevenção e atuação face a eventuais ocorrências.

- O concelho de Caminha é atravessado por várias linhas de água (nomeadamente pelo rio Minho, rio Âncora e rio Coura). Assim, em áreas contíguas a espaço residencial, em situação de evento extremo, considera-se que os efeitos poderão ser significativos sobre pessoas e bens. Deste modo, importa que as ações de limpeza e manutenção nestas áreas possuam uma rotina e que sejam efetivamente executadas (limpeza das sarjetas ou desobstrução de canais de drenagem) por forma a que os efeitos sejam minimizados.

5.3.6. Governança

A análise dos efeitos esperados da proposta de revisão do PDM de Caminha foi efetuada com base na avaliação da relação entre os efeitos das opções estratégicas definidas pela proposta de revisão do PDM de Caminha e os indicadores estabelecidos para o FCD – Governança. A proposta de revisão do PDM de Caminha poderá assim consubstanciar um conjunto de efeitos positivos que importa considerar.

Efeito Positivo

- Uma vez que a proposta de revisão do PDM de Caminha apresenta como instrumento de referência o PNPOT, a sua base de desenvolvimento será orientada para “*reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições*”.

A proposta de revisão do PDM de Caminha contempla ainda um objetivo estratégico relacionado com o “*Aumento da Eficiência da Governação*”, e outro relacionado com “*Promover a associação de investidores dos diversos sectores de atividade do Concelho na criação de insígnias e marcas do Concelho com base em recursos e produtos endógenos sustentabilidade reconhecida (certificados)*”.

Neste contexto a proposta de revisão pretende promover uma integração dos principais agentes e atores nos projetos territoriais. Pelo referido anteriormente, considera-se o efeito positivo como significativo.

5.4. Oportunidades e Ameaças para o ambiente previstas com a implementação da proposta de revisão do PDM de Caminha

5.4.1. Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como o ordenamento do território será afetado com a implementação da proposta de revisão do PDM de Caminha.

No quadro seguinte são apresentadas, sinteticamente, as oportunidades e as ameaças de ocorrência provável com a implementação da proposta de revisão do PDM de Caminha, organizadas para o FCD - Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade.

Quadro 21 - Oportunidades e ameaças da proposta de revisão do PDM de Caminha no que respeita ao FCD – Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Melhoria do estado de ordenamento do território contribuindo para um maior equilíbrio entre os diversos usos e funções e o sistema biofísico• Possibilidade de executar um desenho urbano estruturado, coerente e atrativo• Área florestal de grande importância natural e socioeconómica• Criação e requalificação de espaços vocacionados para a instalação de atividades económicas estruturados e infraestruturados• Promoção de uma capacidade atrativa do município no que respeita aos seus valores naturais	<ul style="list-style-type: none">• Diminuição da população residente• Tendência para a desertificação dos aglomerados populacionais mais isolados• Aumento dos níveis de impermeabilização do solo• Baixa capacidade de atração de população e novas atividades empresariais

5.4.2. Biodiversidade e Conservação da Natureza

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como a biodiversidade e conservação da natureza será afetada com a implementação da proposta de revisão do PDM de Caminha.

Neste contexto, procede-se à identificação das oportunidades e ameaças que a proposta de revisão do PDM de Caminha poderá provocar ao nível deste FCD (Quadro 22).

Quadro 22 - Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de caminha no que respeita ao FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação do normativo legal relativo ao Plano Setorial da Rede Natura 2000 • Manutenção das espécies e habitats naturais presentes no SIC Rio Minho, SIC Litoral Norte, SIC Serra de Arga e ZPE dos Estuários dos Rios Minho e Coura em estado favorável de conservação, através da correta aplicação das orientações de gestão definidas pelo PSRN2000 • Programa de divulgação e de valorização do património natural e paisagístico enquadrado em rotas, percursos e redes de atividades e de acontecimentos • Dinâmicas de turismo de natureza • Integração de Caminha em redes de acontecimentos e de atividades com interesse para o Turismo Sustentável de forte vertente natural 	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de não implementação de um Plano de Gestão para o SIC Rio Minho, SIC Litoral Norte, SIC Serra de Arga e ZPE dos Estuários dos Rios Minho e Coura • Contínuo florestal com risco de incêndio

5.4.3. Qualidade Ambiental

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como a qualidade ambiental irá ser afetada com a implementação da proposta de revisão do PDM de Caminha.

Neste contexto, procede-se à averiguação e avaliação dos efeitos que esta revisão poderá provocar ao nível do FCD em análise, identificando-se as suas oportunidades e ameaças (Quadro 23).

Quadro 23 – Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Caminha no que respeita ao FCD – Qualidade Ambiental

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria do desempenho ambiental do município com aposta na criação de modelos de gestão empresarial mais sustentáveis do ponto de vista ambiental • Aumento dos níveis de consciencialização ambiental por parte das populações, uma vez que se prevê o desenvolvimento de projetos relacionados com a sensibilização e educação ambiental, nos vários domínios • Melhoria do sistema de gestão de RSU • Melhoria dos níveis de qualidade, atendimento, integração e eficiência dos sistemas de abastecimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da UOPG 16 (Zona Empresarial Argela) para instalação de futuras unidades industriais, e reforço de outras áreas de atividades económicas (com implicações ao nível da produção de resíduos industriais, águas residuais, emissões gasosas e poluição sonora) • Alterações climáticas poderão com grande probabilidade, acentuar os riscos de degradação da qualidade das massas de água, em particular o risco de contaminação de aquíferos costeiros • Setor do turismo pode aumentar a pressão sobre os recursos hídricos da região, especialmente

Oportunidades	Ameaças
<p>de água e dos sistemas de recolha e drenagem de águas residuais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aposta em intervenções que promovam o uso eficiente da água • Aposta em intervenções que promovam a eco-eficiência energética (para iluminação) • Aposta em investimentos na área das energias renováveis • Requalificação da rede hidrográfica dentro dos perímetros urbanos • Requalificação e valorização ambiental da zona envolvente às zonas balneares 	<p>durante a época de verão, quer pelo aumento dos consumos, quer pelo aumento do risco de contaminação das águas subterrâneas e superficiais</p>

5.4.4. Património Cultural e Desenvolvimento Turístico

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como o património cultural e o desenvolvimento turístico serão afetados com a implementação da proposta de revisão do PDM de Caminha.

Neste contexto, procede-se à averiguação e avaliação dos efeitos que esta revisão poderá provocar ao nível do FCD em análise, identificando-se as suas oportunidades e ameaças (Quadro 24).

Quadro 24 - Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Caminha no que respeita ao FCD – Património Cultural e Desenvolvimento Turístico

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Potencial natural do concelho que poderá contribuir para o desenvolvimento e promoção do turismo de natureza • Aposta no turismo diferenciado, encontrando modelos inovadores e que tirem partido da singularidade dos elementos naturais paisagísticos, patrimoniais e culturais presentes a nível concelhio que sejam potenciadores do desenvolvimento económico sustentável do concelho • Implementação de rotas e percursos pelas áreas naturais • Desenvolvimento e promoção do turismo de sol e praia, de natureza, de montanha, de saúde, de gastronomia e de enoturismo • Desenvolvimento do turismo que possibilite uma projeção e visibilidade do Concelho que contribuirá para potenciar as atividades económicas e sociais • Preservação da identidade concelhia, dinamização cultural e criação de uma cultura local que valorize o seu património • Desenvolvimento de campanhas de sensibilização que enalteçam as características únicas do concelho, orientadas para os valores da qualidade de vida e bem-estar 	<ul style="list-style-type: none"> • Degradação do património cultural devido à falta de conservação • Falta de capacidade regeneradora da população, assim como da vitalidade social e económica

5.4.5. Riscos Ambientais e Tecnológicos

Para o FCD – Riscos Ambientais e Tecnológicos e para a concretização da presente proposta de revisão ao PDM, foram analisadas as oportunidades e as ameaças decorrentes das possíveis alterações que o plano permitirá concretizar no território. Pretende-se desta forma analisar os aspetos positivos bem como os negativos em resultado da revisão do PDM de Caminha (Quadro 25).

Quadro 25 - Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Caminha no que respeita ao FCD – Riscos Ambientais e Tecnológicos

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de novos pólos de desenvolvimento económico com um aumento da competitividade do concelho • Adoção de boas práticas ambientais em todas as fases de construção, exploração e desativação das unidades industriais a instalar • Desenvolvimento de uma economia mais sustentável • Preservação e valorização da floresta • Preservação da componente florestal e garantia das características locais • Redução da pressão urbanística sobre áreas de inundação e reforço das medidas de prevenção e adaptação ao risco de cheia – decorrente da adoção das recomendações internacionais (IPCC) em matéria de desocupação de zonas inundáveis • Adoção de medidas de requalificação e gestão de risco da orla costeira (decorrente da implementação de estratégias de defesa e ordenamento das faixas costeiras inseridas nomeadamente no POOC Caminha-Espinho) 	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de incêndio florestal e sobre património edificado por ação antrópica • Em consequência do ponto anterior, redução da capacidade e dos índices de sumidouro de carbono • Possibilidade de ocorrência de cheia/inundação face às características do território em análise • Mobilização dos solos face à implementação de novos projetos • Risco de erosão dos solos em consequência da ocorrência de incêndios • Risco de derrame e explosão em consequência das atividades a instalar nas UOPG's e da gestão da mesma bem como de outras unidades industriais dispersas no concelho • Risco de ocorrência de sismo • Aumento expectável da ocorrência e intensidade de cheias progressivas e repentinas • Aumento da erosão costeira e subida expectável do nível médio das águas do mar, aliada à densificação das frentes urbanas da orla costeira, o que aumenta a vulnerabilidade das populações destas zonas aos riscos de cheias e movimentos de vertentes • Situação de regressão/recuo da linha de costa, associada à subida do nível médio das águas do mar, aumenta o risco de erosão costeira e consequentemente a vulnerabilidade das populações e atividades instaladas nas zonas costeiras (ocupação humana densa) • Aumento da vulnerabilidade à erosão hídrica, decorrente do aumento expectável de fenómenos meteorológicos extremos, nomeadamente nas zonas de suscetibilidade elevada e muito elevada

5.4.6. Governança

Para o FCD – Governança e para a concretização da presente proposta de revisão ao PDM, foram analisadas as oportunidades e as ameaças decorrentes das possíveis alterações que o plano permitirá concretizar no território. Pretende-se desta forma analisar os aspetos positivos bem como os negativos em resultado da revisão do PDM de Caminha (Quadro 26).

Quadro 26 - Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Caminha no que respeita ao FCD – Governança

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de uma cultura própria por participação e informação • Dinamização e promoção dos projetos por parte da população e dos diferentes agentes de desenvolvimento • Notoriedade do território • Aumento dos índices de qualidade de vida por integração dos cidadãos nos processos de decisão • Fixação populacional • Desenvolvimento económico e social • Coesão social • Aumento da adesão participativa através do orçamento participativo 	<ul style="list-style-type: none"> • Insatisfação populacional • População enquanto barreira à concretização do desenvolvimento

5.5. Diretrizes para Seguimento

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações de carácter geral que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos esperados com a implementação da proposta de revisão do PDM de Caminha. É desejável que o processo de avaliação e monitorização da execução e implantação da proposta de revisão do plano constitua um processo contínuo e continuado ao longo do tempo.

5.5.1. Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

Com base nos indicadores identificados e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta de revisão do plano pode ter sobre estes, sugerem-se algumas recomendações que podem servir para atingir dos objetivos de sustentabilidade definidos para o FCD “*Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade*”:

- Garantir e incentivar a afirmação de uma imagem urbana agradável e atrativa onde a qualidade dos espaços públicos, a linguagem arquitetónica e as características tipomorfológicas do edificado, o acesso aos principais equipamentos de utilização coletiva e acesso a todas as infraestruturas, constituam elementos marcantes da qualidade do espaço;
- Assegurar a execução, qualificação e tratamento das áreas verdes e dos espaços públicos;
- Controlar a edificabilidade no Solo Rústico e a instalação de funções que possam revelar incompatibilidades com a promoção e valorização do espaço agrícola;

- Criar condições que promovam a fixação da população jovem no concelho, nomeadamente em termos de emprego;
- Criar condições para a fixação de empresas no concelho, disponibilizando todas as infraestruturas e, em especial, as ambientais e as tecnológicas;
- Garantir boas condições de acessibilidade para todos em todos os edifícios que instalem serviços direcionados para o público;
- Fomentar a organização de ações de formação profissional bem como a sua frequência, nas áreas de maior necessidade e em articulação com as necessidades sentidas pelo tecido empresarial local;
- Promover políticas de qualificação progressiva da população ativa desempregada;
- Desenvolver ações de sensibilização para a proteção da floresta;
- Promover a conservação e valorização da biodiversidade e do património natural, nomeadamente o território integrado na Rede Natura;
- Definir orientações para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas protegidas ou classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes;
- Estabelecer um correto ordenamento, utilização e gestão do território do município criando espaços urbanos e urbanizáveis devidamente estruturados e infraestruturados, que reflitam um equilíbrio e o respeito pelo sistema biofísico.

5.5.2. Biodiversidade e Conservação da Natureza

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações que pretendem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDM de Caminha, no que respeita à Biodiversidade e Conservação da Natureza.

Recomenda-se:

- A aplicação, nas Áreas Classificadas, das orientações de gestão inscritas no Plano Setorial da Rede Natura 2000;
- Considerar o investimento na manutenção e valorização de áreas naturais como o garante da sustentabilidade de atividades de turismo em espaço natural;
- Incentivar ações de monitorização (e outras ações específicas) do grau de conservação dos habitats naturais e das espécies protegidas;

- A implementação de trilhos mistos (pedestres e motorizados) em RN2000, deverá acautelar a incidência de impactes sobre os valores naturais aí presentes relativamente aos possíveis benefícios que a sua utilização poderá proporcionar no âmbito da valorização do território, e seguir as orientações de gestão para os diferentes habitats;
- Definição e obrigação de cumprimento de regras de boa conduta que preservem os recursos naturais por forma a não comprometer a qualidade, a viabilidade e a sustentabilidade desses recursos e destinos de turismo em espaços naturais;
- Melhorar as práticas agrícolas, com particular destaque para as que se realizam próximo de cursos de água, com vista à conservação de corredores ribeirinhos e da fauna aquática;
- Condicionar ações de limpeza e corte de árvores em zonas ribeirinhas com vista à conservação da vegetação ripícola e salvaguarda dos habitats naturais presentes;
- Controlar a presença e proliferação de espécies vegetais não indígenas invasoras, no concelho em geral, mas com especial incidência e prioridade nas áreas com maior valor ecológico;
- Promover a utilização de espécies autóctones nas plantações nos espaços públicos como forma de valorizar o património e a identidade natural do concelho;
- Identificar a necessidade de recuperação das áreas degradadas, com repercussões de natureza paisagística e/ou de saúde pública;
- Em território abrangido pela área classificada deverão ser analisadas as pretensões de ações e de implementação de projetos tomando em consideração a tabela de “*Condições e critérios de avaliação de incidências ambientais*” que se encontra divulgada para os SIC’s e ZPE nas respetivas fichas, em função do recomendado no PSRN2000, aplicando-se para a avaliação de impacte ambiental o procedimento definido Decreto-Lei nº 69/2000, de 3 de Maio, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 197/2005, de 8 de Novembro.

5.5.3. Qualidade Ambiental

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDM de Caminha no que respeita à qualidade ambiental, e que melhor integram os princípios e objetivos da sustentabilidade.

Relativamente ao domínio “**Resíduos**” recomenda-se que se atue no sentido de:

- Aumentar a taxa de separação de resíduos, através da realização de campanhas de sensibilização ambiental dirigidas a vários tipos de público-alvo e do reforço do número de ecopontos.
- Assegurar que o surgimento de novas atividades económicas seja acompanhado pela implementação de um sistema de gestão de resíduos adequado, que responda às necessidades das unidades instaladas. As unidades industriais deverão ter em conta as boas práticas de gestão de resíduos, considerando o Princípio da Responsabilização e deverão cumprir os princípios da gestão de resíduos relativamente à redução, reutilização, reciclagem e recuperação dos resíduos produzidos.

No que respeita ao **uso eficiente da água** existem algumas medidas que a Câmara Municipal deverá fomentar, nomeadamente:

- Promover o uso sustentável da água, através de ações de sensibilização dirigidas a diferentes tipos de público-alvo.
- Garantir intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água, no que diz respeito ao uso urbano (de acordo com as medidas previstas no PNUEA).

Por outro lado, de realçar que os recursos hídricos devem ser considerados como elementos a valorizar e preservar, aquando da execução da proposta de revisão do PDM de Caminha. De acordo com a Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, “*o ordenamento e planeamento dos recursos hídricos visam compatibilizar, de forma integrada, a utilização sustentável desses recursos com a sua proteção e valorização, bem como com a proteção de pessoas e bens contra fenómenos extremos associados às águas*”. Neste contexto, é responsabilidade da CM reabilitar a rede hidrográfica dentro dos perímetros urbanos.

Relativamente ao **ruído** é possível, através da análise efetuada ao mapa de ruído, definir o nível de ocupação do solo prevista para uma determinada zona, evitando a instalação de utilizações do tipo sensível (escolas, hospitais, entre outros) em áreas mais ruidosas, compatibilizando-se desta forma o uso do solo com os níveis de ruído existentes ou previstos.

De modo a acautelar uma eventual degradação da **qualidade do ar** no concelho de Caminha recomenda-se o seguinte:

- Fomentar a execução de projetos que contribuam para a mobilidade sustentável.

No que respeita à **energia**, recomenda-se que se atue no sentido de:

- Fomentar a implementação de sistemas industriais mais eficientes do ponto de vista energético.
- Fomentar a produção de energia a partir de fontes de energia renovável.

- Fomentar a realização de ações de sensibilização junto da população relativas à utilização eficiente da energia.

Deverão ainda ser respeitadas as orientações definidas no Plano de Controlo, onde são definidos os indicadores, objetivos de sustentabilidade e medidas de gestão ambiental que deverão ser tidas em consideração, aquando da execução do Plano, para que se garantam elevados níveis de sustentabilidade.

5.5.4. Património Cultural e Desenvolvimento Turístico

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta revisão do PDM de Caminha no que respeita ao Património Cultural e Desenvolvimento Turístico, e que melhor integram os princípios e objetivos da sustentabilidade. Neste sentido, o concelho de Caminha deverá tomar medidas no sentido de preservar o seu património natural e cultural, o que irá traduzir-se em mais-valias em termos turísticos para o concelho, nomeadamente:

- Conservar os equipamentos culturais e de recreio e lazer;
- Promover iniciativas de sensibilização da população para a preservação dos espaços verdes de recreio e de lazer;
- Definir uma estratégia de desenvolvimento turístico, de recreio e lazer para o concelho;
- Promover o turismo como atividade diferenciadora e promotora do desenvolvimento sustentável;
- Incentivar, mobilizar e envolver os agentes e investidores locais no desenvolvimento de projetos de turismo de natureza, turismo de saúde e enoturismo;
- Promover e valorizar o património arqueológico, arquitetónico e cultural;
- Promover ações de reabilitação do património cultural;
- Promover as tradições e os costumes populares do município.

5.5.5. Riscos Ambientais e Tecnológicos

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações, que podem contribuir para um acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDM de Caminha e que melhor integram os princípios da sustentabilidade. Com base nos indicadores identificados, e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta de revisão do PDM poderá ter sobre estes, foram identificadas medidas de

minimização e/ou prevenção dos efeitos bem como de monitorização face à execução do mesmo. As diretrizes para seguimento serão apresentadas por domínio, ao nível do risco de: incêndio, cheias, movimentação de vertentes, sismicidade, erosão costeira e acidentes industriais.

Incêndio

Apresentam-se de seguida as medidas de acompanhamento a ter em conta face à possibilidade de ocorrência de risco de incêndio:

- Avaliação periódica do risco de incêndio no concelho e divulgação do mesmo;
- Implementação das medidas e ações estabelecidas nos planos de prevenção e combate a incêndios florestais e sobre património edificado (quer no que se refere a dotação de meios - pontos de água, equipas de prevenção, sistemas de alerta e combate, equipamentos disponíveis, etc. – ou realização de atividades específicas);
- Elaboração de relatórios de situações de risco e/ou emergência face à probabilidade/ocorrência de incêndio florestal ou sobre património edificado, com avaliação do espaço ardido (número de acontecimentos, área ardida, edifícios afetados, população humana afetada), tempos de resposta dos meios de intervenção (min) bem como das perdas patrimoniais em consequência de incêndio (euros);
- Adoção de técnicas construtivas dos edifícios que contribuam para o aumento da resistência destes ao risco de incêndio.

Dever-se-á também garantir o cumprimento dos requisitos legais, nomeadamente no que se refere às obrigadoriedades estabelecidas no Regulamento Geral de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (RG-SCIE) (Decreto-lei n.º 220/2008 de 12 de Novembro).

Cheias

Ao nível dos riscos de cheia e inundação devem ser equacionadas algumas medidas que previnam estes riscos naturais, nomeadamente:

- Estabelecimento do zonamento do risco de cheia com identificação clara das fragilidades e condicionamentos daquelas zonas bem como estabelecimento de um plano de prevenção, alerta e minimização dos efeitos face à ocorrência de eventos desta natureza;
- Os processos de licenciamento de obras devem assegurar que as intervenções nas linhas de água sejam amplas e não apresentem estrangulamentos por via de construção de travessias, para que a água que converge rapidamente para as depressões, oriundas das áreas adjacentes, tenha condições para uma rápida drenagem para os grandes cursos de água;

- Assegurar que áreas adjacentes a zonas a intervencionar apresentem setores permeáveis significativos, nomeadamente, assegurar a manutenção e/ou criação de espaços verdes, permitindo desta forma a infiltração da água da chuva;
- As linhas de drenagem devem ser libertas de qualquer intervenção e limpas com alguma regularidade, pois poderão ser importantes durante episódios de forte intensidade de precipitação.

Movimentação de Vertentes

Resultado das características biofísicas do território, para o risco de movimentação de vertentes devem ser consideradas as seguintes orientações:

- Implementação de medidas estruturais que envolvam microdrenagem, macrodrenagem, estabilização de talwegues e taludes e medidas não estruturais (preventivas) como por exemplo realizar o planeamento urbano e a gestão do uso do solo nas áreas identificadas com risco de erosão;
- Sempre que se registar a necessidade de uma nova construção, deverão ser tidas em consideração as medidas que acautelem os processos erosivos do solo devendo para tal, quando necessário, ser equacionadas medidas de estabilização de taludes, contemplando as necessárias intervenções de reflorestação;
- Deverão ser asseguradas todas as condições de estabilidade sobretudo ao nível da abertura de taludes e aterros construídos;
- Estes mesmos taludes e aterros devem manter funcionais todas as estruturas de drenagem construídas. A sua reflorestação evitará a escorrência das águas, garantindo a sua estabilidade e diminuindo os riscos de erosão;
- Fomentar a reabilitação ecológica da área florestal e outras onde tal seja possível através da implementação de um plano de requalificação do coberto vegetal, designadamente nas áreas de REN classificadas como áreas com risco de erosão;
- Deve ainda ser tida em consideração a implementação de medidas de prevenção da erosão hídrica e de proteção do solo já que estas contribuem para a redução do risco de cheias.

Sismicidade

No que concerne às medidas de acompanhamento face ao risco de ocorrência de sismos, as mesmas são:

- Estabelecimento de regras adequadas à construção anti-sísmica, em função dos índices de intensidades de perigosidade do concelho;
- Estabelecimentos de planos de prevenção e emergência face à ocorrência de sismos;
- Promoção de ações de informação e sensibilização da população e instituições;
- Promoção da realização de exercícios de simulacro.

Importa ainda referir que se torna importante a informação e sensibilização das populações e entidades face às características biofísicas do concelho e às possibilidades de risco decorrentes das mesmas. A Câmara Municipal de Caminha deve preparar e disponibilizar informação, garantindo a sua divulgação e atualização. Este aspeto é crucial pois permitirá às populações uma atuação rápida e eficaz em situação de risco.

Erosão Costeira

Tal como referido no PROT-N (2009), *“considerando que a zona costeira é uma área de equilíbrio frágil e dinâmico, com grande diversidade e concentração e de recursos naturais e paisagísticos que servem de suporte a numerosos processos ecológicos e a uma diversidade de atividades humanas, e tendo presente que se trata de uma área especialmente vulnerável no contexto das alterações climáticas, impõe-se que os princípios de prevenção e precaução, sejam assumidos no ordenamento do território, tendo em vista garantir as condições de sustentabilidade para o seu desenvolvimento”*.

Neste contexto apresentam-se as seguintes diretrizes de seguimento (estabelecidas em concordância com o PROT-N):

- Promover a desconcentração urbana na zona costeira, em articulação com o POOC de Caminha-Espinho, nomeadamente, através do estabelecimento de alternativas estratégicas à pressão urbanística nesta área;
- Promover ações de requalificação da orla costeira, relacionadas com condições de segurança e de dinâmica do litoral;
- Consagrar a possibilidade de realocização ao longo do tempo de aglomerados edificados, edificações e infra-estruturas ameaçados;
- Concretizar os programas e ações de valorização ambiental da zona costeira;

- Articular de forma unificada os corpos especializados de intervenção em situações de emergência, através da co-responsabilização das entidades competentes, de ações de formação contínua específicas e de adequação dos meios humanos e operacionais;
- Promover uma crescente sensibilização para a vulnerabilidade das frentes urbanas litorais, traduzidas em intervenções de requalificação urbana, assim como em regras de ordenamento da zona costeira;
- Elaborar estudos com a previsão da evolução da linha de costa;
- Elaborar estudos para identificar na zona costeira os diferentes tipos de risco e tipificar mecanismos de salvaguarda.

Acidentes Industriais

Dado que estes riscos integram a probabilidade de risco de derrame, de explosão ou de incêndio, propõem-se as seguintes medidas:

- Sempre que se justificar, proceder à instalação de bacias de retenção;
- O pavimento das instalações deverá ser impermeável e anti-derrapante e possuir uma ligeira inclinação que permita o fácil escoamento em situações de ocorrência de derrame;
- As regras e boas práticas de armazenagem de produtos químicos ou outros, bem como de resíduos e óleos devem ser salvaguardadas, devendo estes locais, quando for necessário, possuir extração forçada de ar;
- Todos os produtos químicos utilizados devem ser acompanhados pelas respetivas fichas de segurança;
- Os locais de armazenamento devem estar isolados da exposição direta ao sol e deverão possuir também uma ventilação adequada de modo a evitar a acumulação de vapores tóxicos;
- Os locais de trabalho devem estar dotados dos meios necessários para um combate eficaz a incêndios, preferivelmente, instalação de meios automáticos de deteção e extinção de incêndios e adicionalmente, os meios manuais, ex.: extintores;
- Deverão ser criados planos de manutenção periódica dos equipamentos;
- Deverão existir sistemas adequados de extração de gases e vapores;
- Deverá ser assegurado o planeamento, realização e registo de programas de manutenção e inspeções regulares que assegurem que o equipamento e instalações se mantêm adequadas aos riscos e com as características com que foram concebidas, construídas e instaladas;

- Deverão ser realizadas inspeções regulares dos meios de proteção contra explosões, incluindo: vias de evacuação, meios de combate a incêndios, meios de deteção de incêndios, meios de deteção de atmosferas explosivas, selagens das tubagens elétricas;
- Consoante a natureza e a finalidade dos locais a proteger dos efeitos de um acidente num edifício contendo produtos que oferecem risco de fogo ou de explosão, assim se devem distinguir, por ordem crescente de exigências de segurança, a identificação e estudo dos perigos e avaliação dos riscos medidas técnicas de projeto, os sistemas de segurança, a construção, a seleção de substâncias químicas, de operação e de manutenção e a inspeção sistemática da instalação;
- Atuar ao nível da conceção e métodos de funcionamento das instalações, de maneira a eliminar vapores, gases ou poeiras inflamáveis, e adotar procedimentos corretos de evacuação;
- Garantir a instalação de dispositivos para detetar aumentos da pressão finos recipientes e de sistemas automáticos de redução de gases, destinados a evitar explosões;
- Garantir a articulação entre PMDFCI e o PME.

5.5.6. Governança

As diretrizes para seguimento constituem orientações ou recomendações para se efetivar um acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDM de Caminha que tenha em vista a integração dos princípios da sustentabilidade. Com base nos indicadores identificados, e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta de revisão do PDM poderá ter sobre estes, foram identificadas medidas de minimização e/ou prevenção dos efeitos bem como de monitorização face à execução do mesmo:

- Estabelecimento de ações de informação, sensibilização e esclarecimento face às diferentes temáticas a atender;
- Realização de Workshops temáticas para públicos-alvo distintos;
- Divulgação de atividades garantindo-se que esta é dada a conhecer a toda a população;
- Dinamização de atividades em parceria com os agentes de desenvolvimento que demonstrem a relação entre os decisores e poder local e regional e os cidadãos e população em geral;
- Desenvolvimento de uma cultura de transparência e visibilidade das atividades concelhias com proximidade à população.

6. Orientações para a Implementação de um Plano de Controlo

Para que a proposta de revisão do PDM de Caminha apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, importa que sejam definidas orientações para a implementação de um Plano de Controlo e que este seja concretizado e monitorizado.

Estas orientações para um Plano de Controlo apresentam os indicadores de sustentabilidade considerados pertinentes para a fase de acompanhamento e seguimento das diferentes fases de implementação do presente PDM, e podem ser consultadas no Capítulo 7 “*Orientações para a implementação de um Plano de Controlo*”, do Relatório Ambiental.

As metas estabelecidas deverão ser alcançadas, prevendo-se que a reunião de informação adicional possa conduzir à revisão, adição e/ou ajuste de novas medidas.

7. Quadro de Governança para a Acção

O quadro de governança para a acção constitui um suporte fundamental para o sucesso do processo de implementação da proposta de revisão do PDM de Caminha, uma vez que identifica as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na AAE, em todo o processo de implementação do próprio Plano.

Entendendo-se a governança “*como o conjunto de regras, processos e práticas relativas ao exercício do poder, em relação à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia*” (Partidário 2012), pretendeu-se estabelecer um quadro de governança que garanta o cumprimento dos objetivos definidos para cada um dos FCD, bem como a concretização das diretrizes propostas.

São assim identificadas as entidades e os agentes com competências específicas na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas na futura implementação do PDM em avaliação (Quadro 27).

Quadro 27 - Quadro de Governança para a Acção

Entidades	Ações
Agência Portuguesa do Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água superficial e subterrânea constante no SNIRH. - Dar cumprimento ao estabelecido no âmbito do Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de Outubro, mantendo a informação atualizada e disponível. - Colaborar na elaboração de estudos sobre a previsão da evolução da linha de costa e de estudos para identificar na zona costeira os diferentes tipos de risco e tipificar mecanismos de salvaguarda, em articulação com outras entidades. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, IP	<ul style="list-style-type: none"> - Manter atualizados e divulgar os relatórios provisórios dos incêndios florestais. - Disponibilizar informação relativa ao estado de conservação dos valores naturais nas Áreas Classificadas. - Assegurar a execução das ações necessárias à manutenção em estado de conservação favorável dos valores naturais integrados nas Áreas Classificadas de acordo com o inscrito no diploma legal que define a missão e atribuições do ICNF, I.P (Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho).
Autoridade Nacional de Proteção Civil	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a fase de monitorização do Plano. - Garantir o acompanhamento na articulação das orientações e das políticas regionais de proteção civil com o Plano Municipal de Emergência. - Colaborar na informação e divulgação dos riscos de cheias/inundação bem como de acidentes graves e sismos. - Colaborar na elaboração de estudos sobre a previsão da evolução da linha de costa e de estudos para identificar na zona costeira os diferentes tipos de risco e tipificar mecanismos de salvaguarda, em articulação com outras entidades.
Administração Regional da Saúde do Norte, IP	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	<ul style="list-style-type: none"> - Colaborar na elaboração de estudos sobre a previsão da evolução da linha de costa e de estudos para identificar na zona costeira os diferentes tipos de risco e tipificar mecanismos de salvaguarda, em articulação com outras entidades. - Desenvolver mecanismos estruturados e permanentes de circulação de informação entre entidades responsáveis pelo ordenamento do território e pela proteção civil, a nível regional e local, por forma a articular plenamente o ordenamento do território

Entidades	Ações
	<p>com a prevenção do risco.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade do ar. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Direção Geral do Património Cultural	- Proceder à monitorização e gestão das ações previstas para o desenvolvimento e execução do Plano (como entidade que tutela os bens classificados)
Direção Regional de Cultura do Norte	- Proceder à monitorização e gestão das ações previstas para o desenvolvimento e execução do Plano (como entidade que tutela o património arqueológico)
GNR – SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente	- Garantir a prossecução de ações de fiscalização nas Áreas Classificadas presentes no Município de Caminha.
Câmara Municipal de Caminha	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver processos de participação pública. - Garantir a execução da solução urbanística do Plano de uma forma integrada no suporte biofísico. - Colaborar na elaboração de estudos sobre a previsão da evolução da linha de costa e de estudos para identificar na zona costeira os diferentes tipos de risco e tipificar mecanismos de salvaguarda, em articulação com outras entidades. - Elaborar cartas de risco, isoladamente ou em conjunto com outras entidades e /ou municípios. - Assegurar o programa de monitorização da qualidade da água para consumo humano, procedendo a análises periódicas dos parâmetros indicadores da qualidade da água - Tratar os espaços não edificados e garantir um enquadramento paisagístico adequado. - Prestar apoio e informação ao nível da procura e oferta de emprego. - Promover ações de formação e valorização profissional. - Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável. - Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
Valorminho – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	- Garantir e acompanhar a recolha dos resíduos recolhidos de forma seletiva.
Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> - Operacionalização de operações de gestão de resíduos. - Fomentar diferentes formas de participação pública.
População em geral	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para o alcance das metas estabelecidas. - Participar ativamente nos processos de consulta pública.

8. Considerações Finais

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de revisão do PDM de Caminha foi metodologicamente adaptado ao grau de maturidade dos trabalhos da proposta de revisão do PDM em análise.

A Avaliação Ambiental Estratégica desenvolveu a sua análise suportada em seis Fatores Críticos de Decisão: *“Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade”*; *“Biodiversidade e Conservação da Natureza”*; *“Qualidade Ambiental”*; *“Património Cultural e Desenvolvimento Turístico”*, *“Riscos Ambientais e Tecnológicos”* e *“Governança”*.

No decurso da avaliação de cada FCD foi garantida a integração de objetivos de sustentabilidade identificados nos instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico para a AAE.

Ao nível das opções estratégicas da proposta de revisão do PDM denota-se a convergência com os objetivos propostos nos diversos instrumentos de cariz ambiental definidos no QRE, facto reforçado através do regulamento da proposta de revisão do Plano, obrigando ao cumprimento de determinadas medidas que garantam a sustentabilidade ambiental.

Na avaliação efectuada não foram evidenciados/identificados impactes ambientais negativos significativos que não possam ser alvo da aplicação de medidas de gestão ambiental, apresentadas nas orientações para a implementação de um Plano de Controlo.

Evidencia-se a importância do acompanhamento da implementação do PDM de Caminha em análise, através da atualização periódica do Plano de Controlo proposto, de forma a monitorizar a evolução dos principais indicadores de sustentabilidade, face às metas estabelecidas em documentos estratégicos, que poderão ter influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e na qualidade ambiental da área de análise.